

**COMPANHIA
DAS LEZÍRIAS**
RELATÓRIO
E CONTAS
2025



COMPANHIA DAS LEZÍRIAS

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL







Índice

1.	SUMÁRIO EXECUTIVO	8
2.	O ANO DE 2025 REVISTO EM ALGUNS NÚMEROS	13
3.	INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS	17
4.	RECURSOS HUMANOS	19
5.	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	23
5.1.	Contas do Exercício	24
5.2.	Controlo Orçamental	32
6.	DIVULGAÇÃO DO CUMPRIMENTO PELAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS	35
7.	PERSPETIVAS FUTURAS	49
8.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	53
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55

DEMONSTRACÕES FINANCEIRAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL





Sumário Executivo

1

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

A Companhia das Lezírias (CL) gerou em 2025 um Resultado Líquido de 1,7 milhões de euros.

Embora um pouco superior ao resultado do ano anterior, reflete pelo segundo ano consecutivo o impacto da conjugação de vários factores, os mesmos que referidos no anterior exercício, como foram as graves ocorrências climatéricas que passaram por Portugal, as tempestades Martinho na Primavera, e Cláudia no Outono, conjugadas com os efeitos das guerras em curso e as suas implicações nos mercados.

O Conselho de Administração, no esforço que vem implementando na intensificação técnica das principais culturas em prática na empresa, reconhece que os resultados foram diretamente afectados pelo acima referido, uma vez que as dificuldades vividas no início da campanha agrícola – sementeiras – e depois, de novo, na fase final, em plenas colheitas, associadas aos baixos preços dos produtos, impediu o alcance dos resultados que haviam sido projetados como expectáveis neste processo de modernização e intensificação tecnológica.

O mundo continua a viver uma instabilidade como não se sentira em décadas seguidas, especialmente neste “mundo” a que chamamos Ocidente. O facto é que a situação se agravou, não sendo possível, ou pelo menos fácil, programar ou prever resultados. Produtos que comumente traziam à economia agrária alguma estabilidade e previsibilidade, como os produtos florestais, destacando-se a cortiça, encontram-se também em acentuada crise de valorização.

No caso da cortiça, que tem uma relação direta com o sector do vinho, a mudança de hábitos e comportamentos está também a ocorrer de forma intensa na sociedade consumidora, levando a que, em conjugação com as agravadas condições de comércio internacional, seja pelas guerras, seja pela também “guerra” das tarifas, traga para o sector produtivo dificuldades acrescidas no crescimento dos negócios.

Em sentido oposto, o sector pecuário e a valorização da carne vieram permitir alcançar resultados muito expressivos, embora pensemos que não se trate de uma consolidação, mas sim de uma consequência conjuntural. Conjugado este resultado com um ligeiro acréscimo das ajudas à produção e de carácter ambiental, bem como

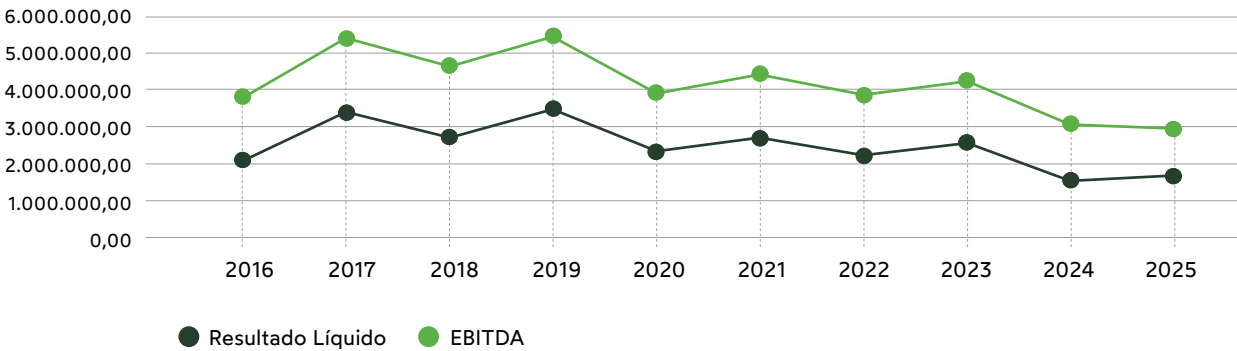
à manutenção das rendas agrícolas, resultou num ténue aumento do volume de negócios face ao ano anterior, no montante total de 90 mil euros.

Novidade em 2025 foi a assinatura do tratado do MercoSul, sendo cedo para perceber os reais efeitos que possa vir a originar no sector Agro, muito dividido a nível europeu e, de alguma forma, dificultando a sua implementação, com destaque para França. Será seguramente um assunto a acompanhar e desenvolver em exercícios futuros.

Em suma, o Resultado Líquido obtido, de 1.752 mil euros, cresceu cerca de 102 mil euros face a 2024 (6,2%). Já o EBITDA, no valor de 3.122 mil euros, registou uma variação negativa (-3,3%).

No gráfico e tabelas infra, apresentamos a evolução do EBITDA e do Resultado Líquido, que se apresentam abaixo da média dos últimos 10 anos.

**Evolução do ebitda e resultado líquido
[10 Anos]**



	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado Líquido	2.111	3.248	2.661	3.328	2.324	2.633	2.231	2.534	1.650	1.752
EBITDA	3.860	5.238	4.581	5.280	3.945	4.399	3.906	4.230	3.229	3.122

No que se refere ao Resultado Operacional, verificou-se uma variação negativa na ordem dos 3,6% quando comparado com o ano anterior, apresentando um valor de 1.997 mil euros.

O volume de negócios situou-se nos 9,2 milhões de euros, o que reflete uma variação positiva de cerca de 1,0% face a 2024, com os Serviços Prestados e as Vendas a assumirem o significativo peso de -2,9% e +1,0%, respetivamente. A variação absoluta do volume de negócios face ao período homólogo, com um aumento de cerca de 90 mil euros.

Para efeitos de apuramento do volume de negócios da Companhia das Lezírias concorrem não só as vendas e a prestação de serviços, mas também os arrendamentos rurais e urbanos do seu vasto património. Com efeito, num universo de cerca de 70 rendeiros, aos quais corresponde aproximadamente um terço da superfície agrícola da CL, a contribuição do volume de rendas cobradas não pode ser desligada da atividade comercial da empresa, sendo claramente uma área de negócio. Com efeito, explorar diretamente uma determinada área ou arrendá-la a terceiros para uma finalidade agrícola ou afim, é um ato de gestão e de decisão ponderada, com envolvimento direto e muito trabalho de preparação.

Volume de Negócios	2025	2024	Variação absoluta (euros)	Variação relativa (%)
Vendas	5.082.511	5.045.106	37.405	0,7%
Serviços Prestados	514.184	529.365	-15.181	-2,9%
Arrendamentos	3.605.073	3.536.933	68.139	1,9%
	9.201.768	9.111.404	90.363	1,0%

O rendimento global proveniente das vendas e serviços prestados foi de 5.596.694 euros, tendo ficado abaixo do valor previsto no orçamento (6.381.016 euros) e 0,4% acima do valor que se verificou no ano transato.

Vendas e Serviço Prestados	2025	2024	Efeito variação preço	Efeito variação quantidade	Variação total	%
Vendas	5.082.511	5.045.106	97.523	-60.118	37.405	0,7%
Serviços Prestados	514.184	529.365		-15.181	-15.181	-2,9%
TOTAL	5.596.694	5.574.471	97.523	-75.299	22.224	0,4%

O “efeito preço”, associado aos produtos pecuários, com destaque para os bovinos, com efeito positivo e o “efeito quantidade” associado aos produtos agrícolas, com destaque para o arroz, milho, azeite e equinos, afectaram negativamente o volume de vendas. Relativamente ao “efeito preço” nos bovinos, o mercado ajustou-se positivamente, traduzindo-se num aumento significativo no preço de venda. Quanto ao efeito quantidade, no arroz, em especial fruto de o clima (depressão Martinho) ter obrigado ao início tardio das operações culturais, registou-se uma quebra na quantidade produzida. Em termos de preço, o mercado ainda não inverteu o ajustamento negativo à subida abrupta do preço registada no ano 2022. Esta quebra traduziu-se num impacto negativo no volume de vendas de cerca de 136 mil euros.

No caso do milho, este ano colhido como previsto para grão, e não como em 2024 para silagem, foi afectado pela depressão Cláudia, prejudicando a operação de colheita e provocando estragos nas plantas. Havia sido decidido aumentar a área, realizando-se 249 hectares, contra 171 em 2024. Esta opção permitiu maior volume comparativo de vendas em valor, de 267 mil euros, pois, como atrás referido, no ano anterior parte da área foi destinada a silagem.

Quanto ao azeite a granel, não foi possível realizar as vendas do ano anterior, registando-se neste produto menos 123 mil euros de facturação. O mercado dos equinos, em retração, quebrou 73 mil euros. O impacto que se verifica nos serviços prestados decorre essencialmente da diminuição do valor no contrato de multiplicação de sementes.

Já no vinho, em 2025 foi decidido arrancar 25 ha de vinha, o que inevitavelmente se refletiu na produção de uva, muito embora, uma gestão da cultura mais apurada, tenha dado origem a uma produção total substancialmente superior à do ano anterior.

Comparativamente com o ano transato, verificam-se diferentes desempenhos nas culturas agrícolas da CL cuja variação foi a seguinte, por cultura:

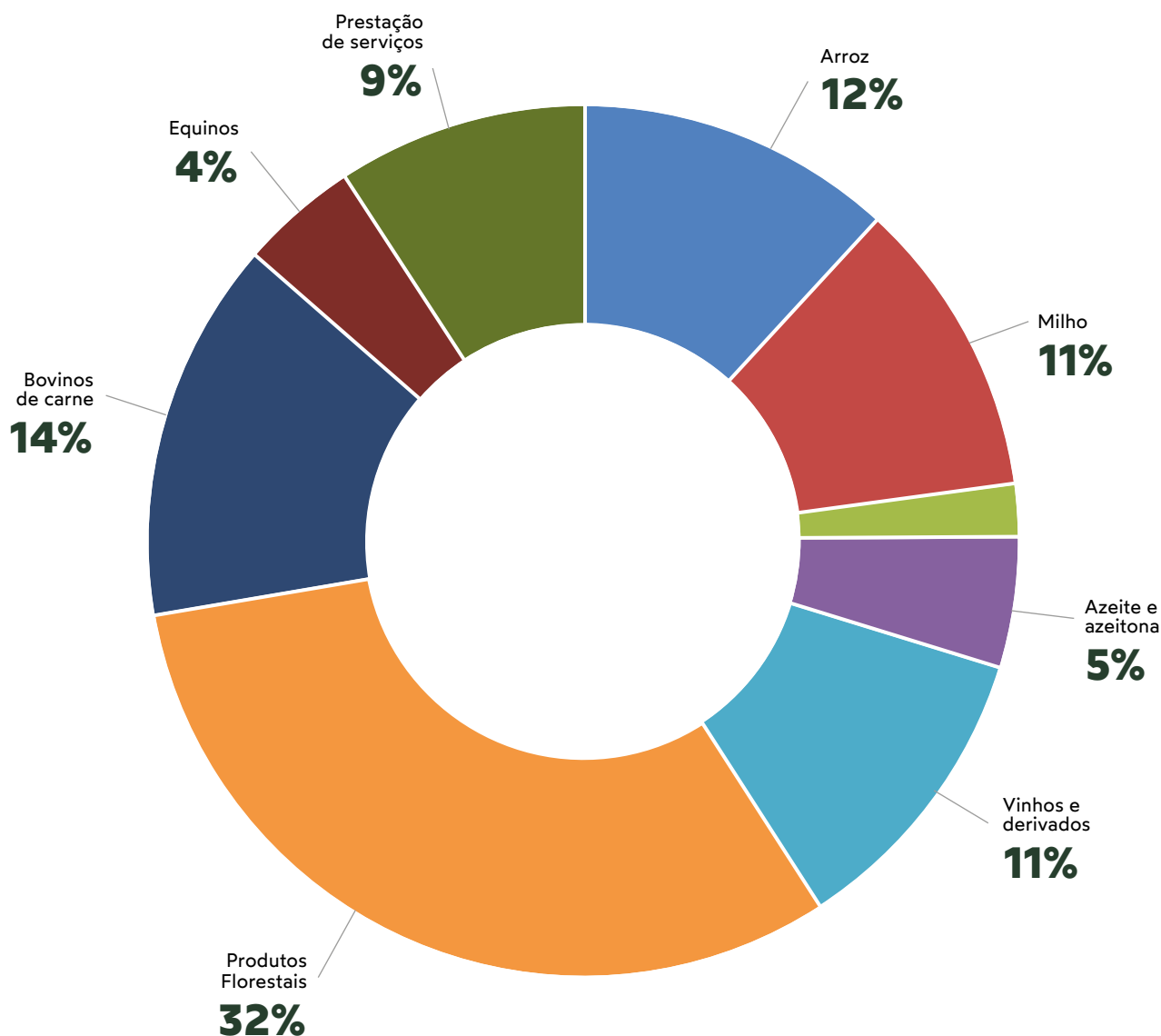
Cultura	Variação da produção (Kgs) 2025/2024 (%)
Arroz	-21,8%
Milho	não comparável
Vinha	+86,9%
Olival CL	+12,5%

A produção de arroz, como antes referido, foi penalizada face ao ano 2024. O olival de Samora Correia registou uma produtividade acima do ano anterior. A vinha, apesar do arranque de uma área de 25 ha, que reduziu em 22% a área total em produção, registou um aumento acentuado na produção, reflexo de uma mais rigorosa gestão dos factores de produção, com destaque para a rega, além de uma intensificação das práticas agronómicas na condução da cultura.

Na actividade pecuária dos bovinos de carne, como acima referido, registou-se um acréscimo das vendas, resultante de condições de mercado mais favoráveis e de ajustamentos introduzidos ao processo de abordagem aos mercados.

No que concerne ao valor das Vendas e Serviços Prestados, verifica-se uma grande heterogeneidade de atividades e culturas. Conforme ilustra o gráfico infra, em 2025, os segmentos com maior peso foram: os produtos florestais (32%), os bovinos (14%), o arroz (12%), vinhos e derivados (11%), milho (11%) e a prestação de serviços (9%).

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS 2024



Em 2025 verificou-se um aumento no montante dos Subsídios à Exploração arrecadados de 28%, totalizando 557 mil euros.

Quanto aos Gastos Operacionais, num total de 10.045 mil euros (9.719 mil euros, em 2024), verificou-se um ligeiro acréscimo face ao ano transato, decorrente do aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), fruto de maiores gastos com Subcontratos e Serviços Especializados, bem como dos Gastos com pessoal, atenuados pela diminuição do Custo das Matérias Consumidas.

**O ano de
2025 revisto
em alguns
números**



2. O ANO DE 2025 REVISTO EM ALGUNS NÚMEROS

Arroz

300ha

Modo de Produção Integrada

1.736t

toneladas produzidas

663M€

vendas

Vinha e vinho

96ha

Modo de Produção Biológico

600t

toneladas uva produzida

622M€

vendas de vinho

Olival e azeite

54ha

Modo de Produção Integrada

190t

toneladas de azeitona produzida

76M€

vendas de azeite

Bovinos

2.328

cabeças em 31.12.2025

790M€

vendas

Equinos

CCL

105

animais efetivos em 31.12.2025

6M€

vendas

Equinos

CDA

343

animais efetivos em 31.12.2025

216M€

vendas

Montado de sobro

6.552ha

Área total

1.260ha

cortiça extraída em

1.138ha

beneficiados em 2025

1.466M€

vendas cortiça

Área arrendada

5.647,80ha

área total

2.587,34ha

na Lezíria Sul

1.363,01ha

na Lezíria Norte

3,323M€

rendas rústicas

12.434	Visitantes
90	Trabalhadores efetivos em 31.12.2025
10.065	Atividades equestres Alter
1.598M€	Investimento
3.122M€	EBITDA
1.752M€	Resultado Líquido
3.166M€	Gastos Com Pessoal





Investimentos e desinvestimentos

3

3. INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

O total investido durante o exercício foi de cerca de 1.598 mil euros.

O plano de investimentos para 2025 previa em orçamento aproximadamente 3.353 mil euros, o que representa uma taxa de execução de 48%. O investimento foi financiado essencialmente através de fundos próprios, sendo complementado, sempre que possível, por apoios públicos nacionais e europeus não reembolsáveis, designadamente o PDR2020, o VITIS e o LIFE.

Releva-se o esforço de investimento de mais de 8,5 milhões de euros efetuado nos últimos sete anos (cf. quadro seguinte), do qual 58% se destinou diretamente às áreas da agricultura e pecuária.

Actividades	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Agrícola	165	141	106	169	243	350	806	1 980
Pecuária	541	357	357	610	535	260	289	2 949
Florestal	69	56	82	38	133	34	54	466
Turismo	284	285	148	108	286	101	42	1 254
Equip. Básico	0	71	21	68	30	32	9	231
Outros	162	137	39	95	287	508	398	1 626
Total por anos	1 221	1 047	753	1 088	1 514	1 285	1 598	8 506

O valor líquido do desinvestimento durante o exercício foi de 322 mil euros. Cerca de 268 mil euros correspondem ao arranque de uma parcela de vinha e outra de olival.

Recursos Humanos

A photograph of a group of people harvesting grapes in a vineyard. The image is overlaid with a dark green filter. In the foreground, two people are bending over, filling a large metal crate with harvested grapes. They are wearing casual summer clothing like t-shirts and shorts. In the background, several other people are working in the rows of grapevines. The scene is set in a rural area with trees and a clear sky in the distance.

4

4. RECURSOS HUMANOS

Ativos

No início do ano de 2025 a CL contava com um total de 90 trabalhadores nos seus quadros.

Durante o ano registaram-se vários movimentos, entre os quais: 9 saídas, 7 por demissão, 1 rescisão por acordo e uma saída por requisição. Foram admitidos 10 trabalhadores com contrato por tempo indeterminado e 1 a termo certo.

Assim, no final de 2025, a Companhia das Lezírias contava com 90 trabalhadores efetivos no quadro e 1 contrato a termo.

Ao longo dos últimos 5 anos, a evolução dos efetivos foi a seguinte:

Grupo	2021	2022	2023	2024	2025
Órgãos Siciais (OS)	5	5	5	5	5
Dirigentes	7	7	7	7	6
Restantes Trabalhadores	80	79	86	83	85
Total	92	91	98	95	96
Total s/ OS	87	86	93	90	91

Verificou-se o aumento de um trabalhador de 2024 para 2025, dentro do quadro de pessoal previsto no orçamento.

Mantém-se a dificuldade em recrutar trabalhadores, devido à localização geográfica de alguns dos postos de trabalho, às remunerações pouco atrativas e à escassez de mão-de-obra enquanto fator transversal.

A média etária dos trabalhadores era de 47 anos, sendo que 31,9% são do sexo feminino e 68,1% são do sexo masculino (cf. quadro seguinte).

F	Escalões	M
1	<25	2
0	<30	5
0	<35	8
7	<40	3
5	<45	8
6	<50	9
3	<55	7
4	<60	10
29	>=60	62

Não Ativos

Por força do estipulado no Acordo de Empresa, a Companhia mantém um conjunto de obrigações, designadamente de pagamento de complemento de pensões de reforma, para com os seus trabalhadores reformados e cônjuges sobreviventes ou filhos menores (pensionistas).

No final do ano de 2025 os designados não ativos eram 71, sendo 39 reformados e 32 pensionistas.

Os custos suportados no exercício com os não ativos atingiram o montante de 105 mil euros, representando cerca de 3,3% dos encargos com pessoal.







Análise económica e financeira

5

5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1. Contas do Exercício

As vendas e prestação de serviços registaram um valor superior ao do exercício anterior em cerca de 37 mil euros, totalizando 5.083 milhares de euros.

As vendas foram superiores às de 2024 nas áreas agrícola e pecuária que faturaram mais 347 mil euros:

Na área agrícola, mais 214 mil euros (+18,1%);

- Na área pecuária, mais 134 mil euros (+14,8%);
- Na área vitivinícola e oleícola, menos 221 mil euros (-19,8%).
- Na área florestal, menos 90 mil euros (-4,8%);

Em 2025 a produção de arroz diminuiu 21,8%, totalizando 1.736 toneladas. O total de vendas registado de 663 mil euros, continua muito penalizado pela queda de preço face ao anormal aumento no ano 2022.

O milho-grão, face à produção de milho-silagem em 2024, com uma área de mais 78 ha (+45,6%), registou vendas de 621 mil euros, superiores aos 267 mil euros registados em 2024 (+75,4%). Em termos de quantidade não é comparável.

No sector de vinhos, o volume de vendas alcançou 622 mil euros, representando uma redução de aproximadamente 12,8% em comparação aos 713 mil euros registados em 2024. As vendas de vinho engarrafado atingiram 431 mil euros, contra 462 mil euros em 2024. As vendas em bag-in-box alcançaram 149 mil euros, contra 181 mil euros em 2024, registando uma quebra de 17,6%. No vinho engarrafado o número de unidades vendidas cresceu 1,1%, mas o preço médio de venda por litro ficou abaixo do ano anterior. No bag-in-box comercializaram-se menos 12,2% de embalagens de 5 litros e menos 13,3% de 10 litros. Trata-se de um sector de negócio que mantém a necessidade de um impulso, já iniciado, mas com resultados cujos impactos se prevêem começar a sentir-se a partir de 2026.

No setor oleícola as vendas agregadas caíram este ano. O aumento na quantidade de azeitona produzida, que registou vendas de 195 mil euros, mais 8,3% face a 2024, não teve expressão devido ao menor valor das vendas de azeite a granel, que ascenderam apenas a 17 mil euros. As vendas de azeite embalado voltaram a cair cerca de 26,5%, registando um total de 59 mil euros, valor muito influenciado pelas condições do mercado, em que a quebra de preços, em cerca de 38,4%, não foi suficiente para travar a escalada descendente que começou a registar-se no ano anterior.

No que à cortiça respeita, em 2025 a produção foi de 38.309 @ de amadia, 880 @ de virgem e 4.905 @ de bocados, permitindo uma faturação de 1.466 mil euros. A cortiça amadia registou um preço inferior a 2024, -12,8%. Para as outras qualidades, os preços mantiveram-se.

Quando comparado com o ano de 2024, onde a produção e venda de cortiça permitiu uma faturação no valor de 1.537 mil euros (32.720 @ de amadia, 1.519 @ de virgem e 9.630 @ de bocados), mesmo com o decréscimo do preço de venda, verificamos não existirem diferenças de relevo, muito pelo resultado da alteração do processo de escolha da cortiça amadia, que permitiu diminuir significativamente a percentagem dos bocados.

As vendas de madeiras, lenhas e pinhas registaram um total de 294 mil euros, ficando aquém do ano anterior em cerca de 18 mil euros. Uma vez mais, parte desta situação é imputável às consequências da tempestade Martinho, que derrubou milhares de árvores, as quais tiveram de ser cortadas e retiradas do campo, prejudicando a normal actividade de corte das árvores marcadas para abate no âmbito do negócio previsto no Plano de Actividades.

Na área de produção de bovinos de carne, as vendas foram superiores a 2024 em cerca de 38,7%, registando um total de 790 mil euros. Comercializaram-se 833 cabeças, mais 2,5% do que as vendidas no ano anterior. O Preço médio de venda por cabeça sofreu um aumento de cerca de 245 euros, o que correspondeu a +35,3% face a 2024.

A produção equina da Coudelaria da Companhia das Lezírias registou em 2025 vendas de 2 animais que somaram 6 mil euros, o que representou um decréscimo de 91,3% face a 2024, onde se venderam 10 animais por cerca 69 mil euros. Na Coudelaria de Alter em 2025 foram vendidos 22 animais, num total de 216 mil euros. Em 2024 as vendas totalizaram 226 mil euros, correspondentes a 33 animais.

Em 2025 as receitas provenientes da actividade cinegética foram de 41 mil euros, o que reflete um acréscimo de 8 mil euros (+24,2%) face a 2024. Esta actividade encontra-se actualmente muito prejudicada devido a escassez de pombos, bem como o ainda impossível regresso à exploração do coelho, resultam numa enorme ausência de receita que essas espécies tradicionalmente representavam neste tipo de actividade. No caso dos pombos os motivos estão relacionados com diferenças nas rotas migratórias da espécie ao nível da europa e da península ibérica, enquanto que os coelhos sofrem ainda os efeitos das doenças que assolam a espécie neste território, com destaque para a doença hemorrágica vírica, para a qual não se vislumbra ainda uma cura, nem mesmo através de vacinação.

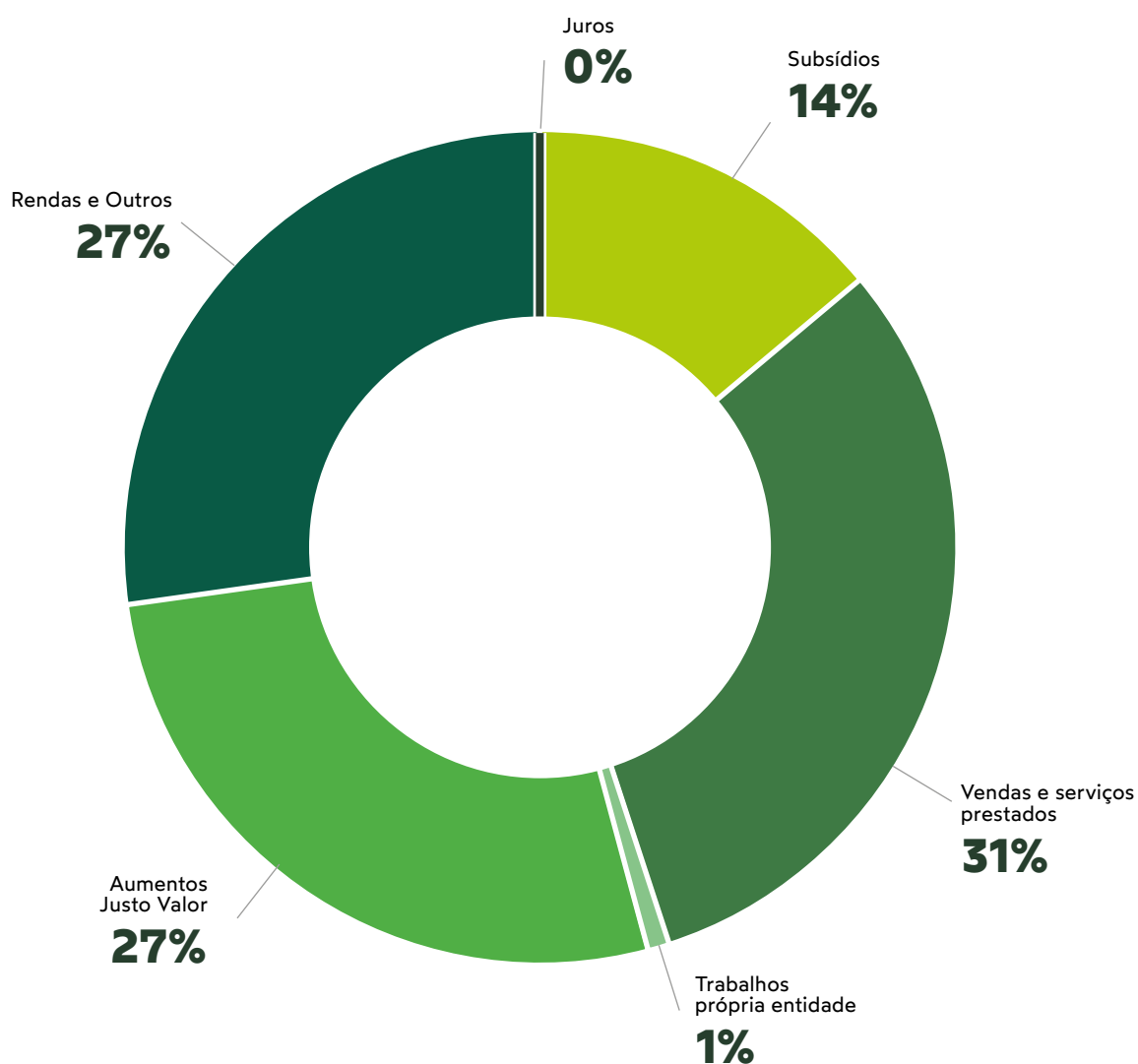
Na rubrica de Serviços Prestados, para além dos valores atrás mencionados referentes à caça, registamos receitas de 473 mil euros em 2025, ou seja, menos 4,6% do que os 496 mil euros faturados em 2024. O contrato de multiplicação de semente obteve proveitos inferiores ao ano anterior de 11 mil euros.

Os Subsídios à Exploração, que totalizaram 2.530 mil euros, cresceram 28,2%. O valor encontra-se alavancado em consequência de três factores. Foram recebidos cerca de 200 mil euros acima das estimativas do ano 2024. O ARB ajustou valores, permitindo o reconhecimento de mais 200 mil euros face a 2024 e a nova medida designada Práticas Promotoras da Biodiversidade, que permitiu o recebimento de 320 mil euros. Em 2024 foi reconhecido um valor, não repetível, de cerca de 240 mil euros.

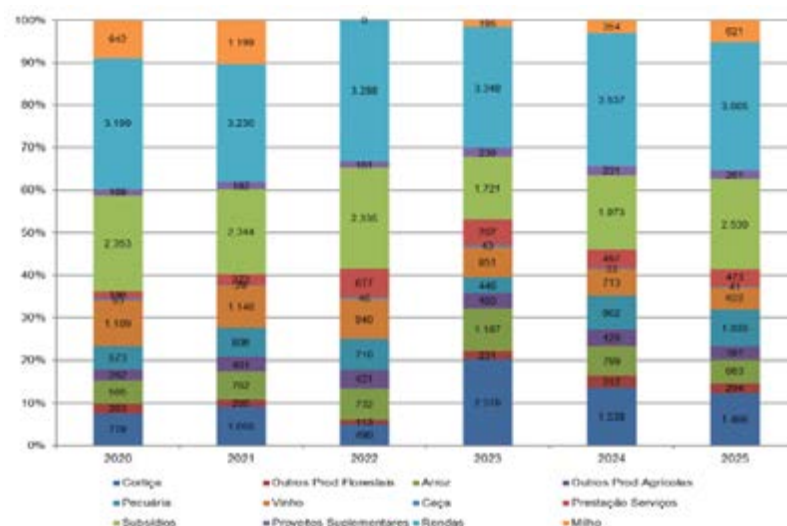
A rubrica “Aumentos/reduções de justo valor” registou uma variação positiva de 154 mil euros face a 2024, mais 3,9%. Esta variação foi significativamente influenciada como consequência da revalorização do efectivo bovino.

Os “Outros rendimentos” ficaram acima do ano anterior (+145 mil euros), totalizando 4.632 mil euros.

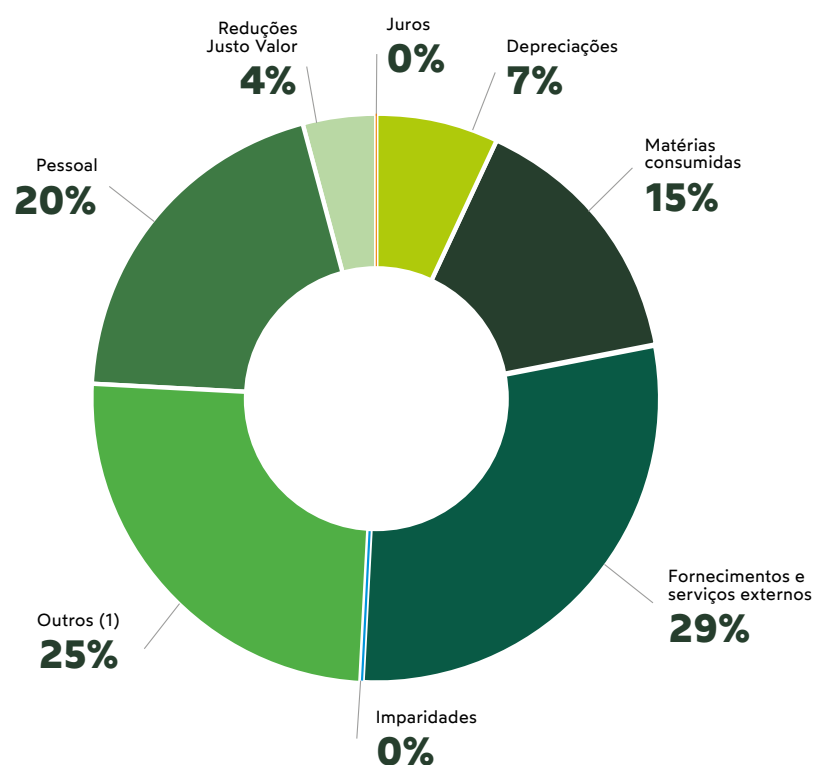
A estrutura de rendimentos da CL em 2025 está representada no gráfico seguinte, sendo de salientar que as três maiores rubricas representam 85% do total dos seus rendimentos: vendas e serviços prestados (31%), rendas e outros (27%) e aumentos por justo valor (27%).



O gráfico seguinte ilustra a evolução dos proveitos operacionais, evidenciando a evolução das vendas dos principais produtos da CL, bem como das rendas e dos subsídios:



O gráfico abaixo ilustra a estrutura de gastos da empresa. De salientar que quatro rubricas representam cerca de 89% do total de gastos: fornecimento e serviços externos (29%), outros (25%), pessoal (20%), e matérias consumidas (15%).



(1) Inclui a "Variação dos inventários da produção"

Face aos valores registados no exercício anterior, o valor despendido com o “Custos das Matérias Consumidas” foi inferior em 7,8%, registando um total de 2.281mil euros. Destacam-se os seguintes aspetos:

- Maior dispêndio em fatores de produção na condução das culturas, num total de 148 mil euros, em que se destaca o milho-grão, especialmente devido ao aumento da área semeada, face a 2024;
- A produção e vendas de vinho, originaram um menor volume de custos em cerca de 61 mil euros;
- A alimentação animal registou um gasto inferior em cerca de 165 mil euros;
- O consumo de combustíveis registou um gasto superior em 7 mil euros;
- O consumo de azeite e de outras matérias-primas, caiu 121 mil euros.

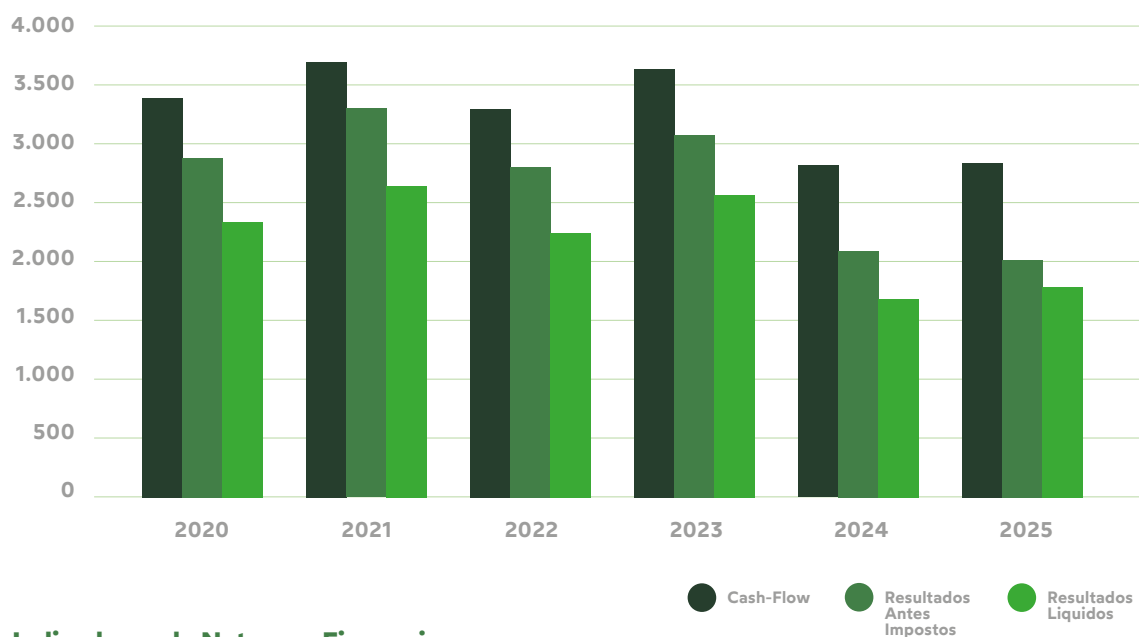
Os gastos com “Fornecimentos e Serviços Externos”, que totalizaram 4.599 mil euros, sofreram um aumento de 8,6%. O acréscimo verificado em subcontratos, resulta essencialmente, de maiores gastos com operações culturais, na sua maioria relacionadas com a cultura do milho-grão. Os custos com “Serviços especializados” aumentaram, com destaque para os maiores gastos na rubrica “publicidade”.

Quanto aos “Gastos com o Pessoal”, registaram um aumento de 154 mil euros, cerca de +5,1%. Este incremento foi essencialmente influenciado pelas atualizações remuneratórias e pelas contratações realizadas durante 2025, reflectidas no aumento do número médio de trabalhadores face a 2024.

Em suma, os resultados antes de impostos (1.990 mil euros) tiveram uma quebra de cerca de 3,6% em relação ao valor do exercício anterior (2.063 mil euros), muito por influência da redução de produção, nomeadamente de arroz, bem como da quebra de resultados no setor vitivinícola.

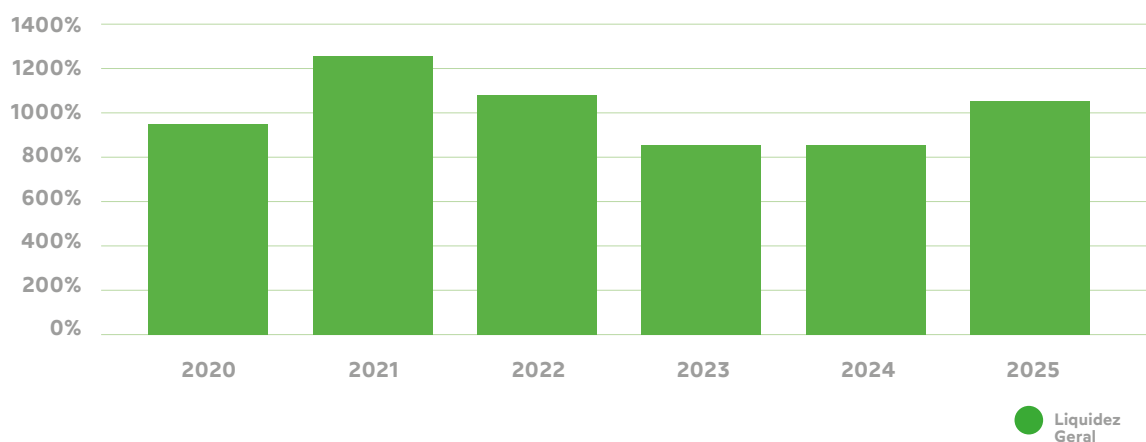
Os gráficos seguintes sintetizam a evolução de alguns indicadores de situação económica e financeira da CL, traduzindo a boa saúde da Companhia das Lezírias nesta vertente.

Indicadores de Natureza Económica

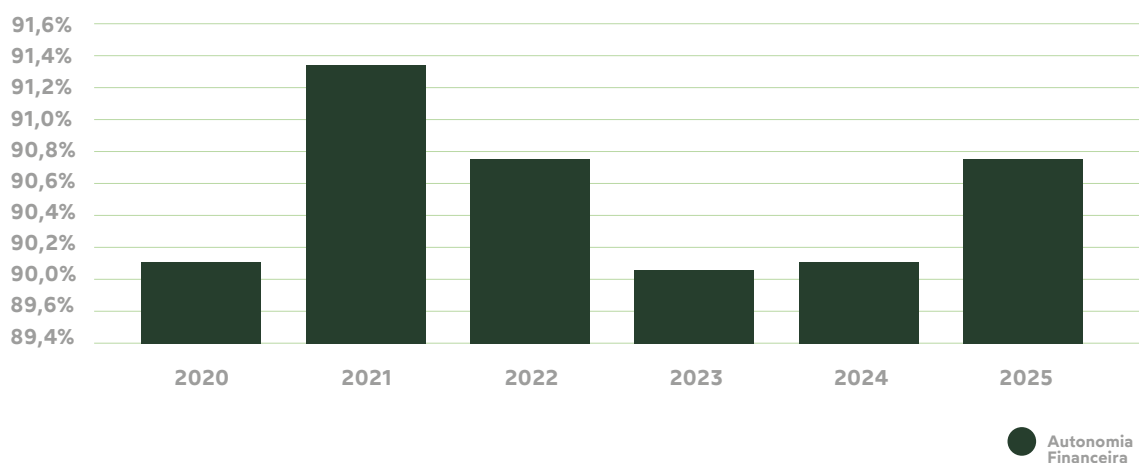


Indicadores de Natureza Financeira

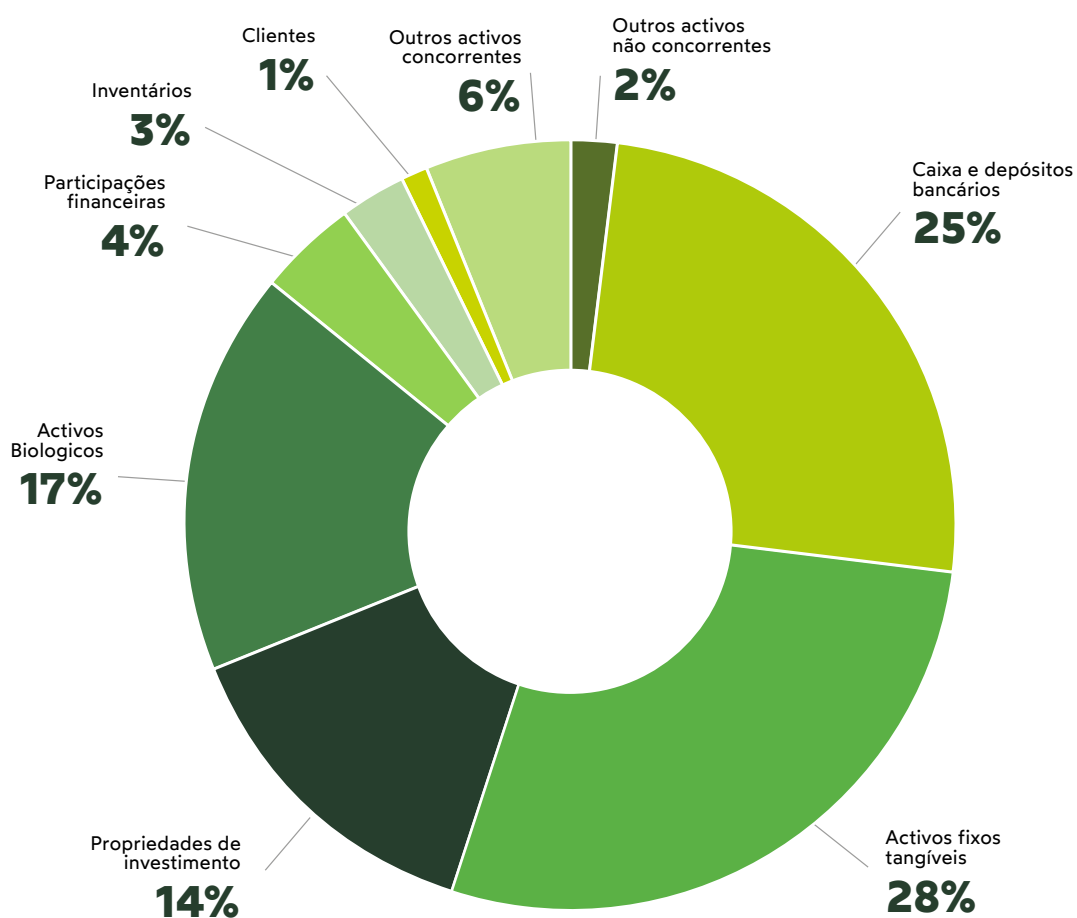
Liquidez Geral



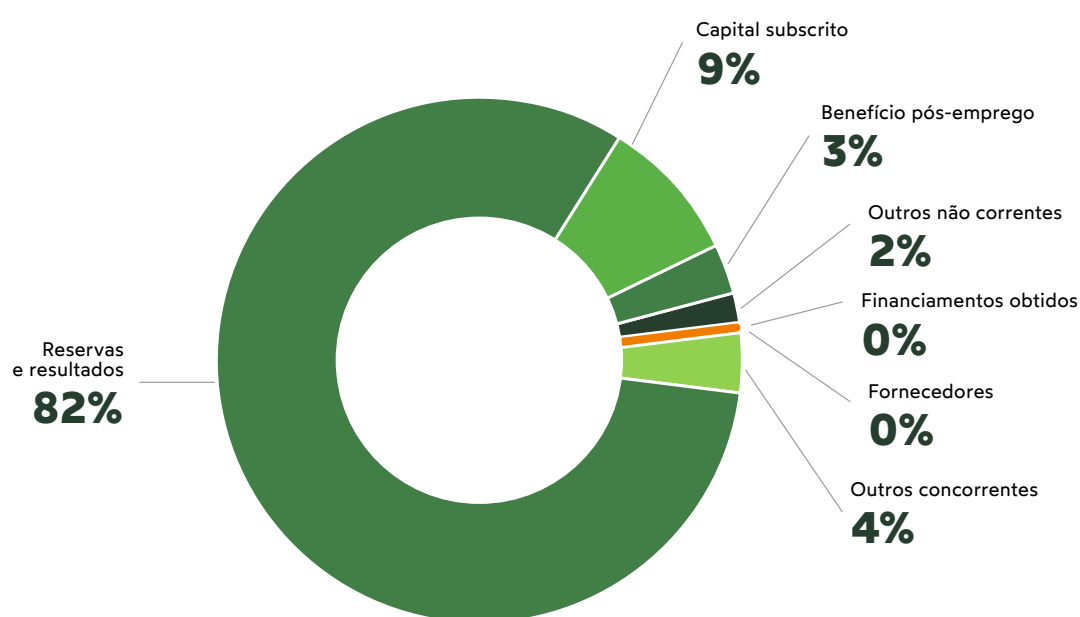
Autonomia Financeira



Estrutura do Activo



Estrutura do capital próprio e do passivo



5.2. Controlo Orçamental

O resultado líquido alcançado em 2025 ficou abaixo do orçamentado/previsto em 1.286 mil euros, ou seja, inferior em 42,3%.

As vendas globais registadas foram inferiores às estimativas em 784 mil euros, ou seja, menos 12,3% do que o previsto.



A área de produção agrícola registou vendas inferiores ao orçamentado em 2,2%, ou seja, -31 mil euros. No âmbito da produção agrícola (barra vermelha “Agriculturas” do gráfico supra), a produção de arroz registou um total de vendas inferiores ao previsto de 289 mil euros, resultado da quebra da produção, em cerca de 15%. Relativamente à cultura de milho-grão, dos 278 mil euros de vendas previstos concretizaram-se mais 343 mil euros (+123,5%) determinadamente influenciado pela opção de realizar uma área superior à prevista em +146 ha (+142%). As vendas previstas de “Luzerna” e “Fenos”, num total de cerca de 85 mil euros não se realizaram.

Na área oleícola foi previsto realizar 222 mil euros em vendas de azeitona, registando-se 195 mil euros. Obteve-se uma produção de 350 toneladas, 40 toneladas abaixo do previsto (-10,2%).

As vendas de azeite embalado (incluído na barra vermelha “Azeite” do gráfico acima) ficaram 153 mil euros abaixo do previsto (-72,1%), devido essencialmente ao menor volume de unidades vendidas.

No segmento dos vinhos verificou-se um desvio desfavorável de -28,9%, no valor de 253 mil euros (barra vermelha “Vinhos” do gráfico). As vendas de vinho engarrafado ficaram abaixo do estimado em 153 mil euros, -26,2%, devido a um menor volume de vendas. O preço médio por litro também foi inferior ao estimado em 16,1%. As vendas de vinho em bag-in-box ficaram abaixo das estimativas, menos 52 mil euros (-25,6%). Este desvio foi influenciado pelo menor número de unidades vendidas.

As vendas do vinho a Granel, ficaram abaixo das estimativas em menos 51 mil euros (-63,8%).

Os produtos florestais registaram vendas inferiores ao orçamentado no montante de 142 mil euros (-7,5%), por consequência de menor volume de quantidades (Pinhas Lenhas de Sobro e Cortiça) compensado por ao aumento em (Madeira e Lenhas de Pinho). O preço da cortiça também ficou cerca de 16% abaixo do previsto.

As vendas de bovinos de carne registaram valores acima do orçamento, num total de 352 mil euros (+80,4%), com mais 209 cabeças vendidas. O preço médio de venda também evoluiu positivamente, registando +35,2%

Relativamente aos equinos CL, apenas foram vendidos 2 dos 11 animais previstos. O valor total de vendas ficou 134 mil euros (-95,7%) abaixo da previsão. Os equinos da Coudelaria de Alter ficaram 16 mil euros acima do previsto (+7,8%), tendo sido vendidos 22 animais dos 25 que tinham sido previstos.

Os serviços prestados foram inferiores ao orçamentado em 386 mil euros, menos 42,9%, resultado do menor valor registado nas atividades turísticas, -184 mil euros (-28,7%). O contrato de multiplicação de sementes, que não foi possível realizar nos moldes previstos, obteve proveitos inferiores ao estimado de 252 mil euros (-81,2%).

Os “Subsídios à Exploração” ficaram acima da estimativa em 877 mil euros (+53,1%). Este valor é essencialmente efeito do registo de verbas acima do estimados, de

valores recebidos de anos anteriores e do registo de uma nova ajuda, conforme já antes referenciado.

Os “Aumentos/reduções de justo valor” ficaram abaixo do estimado em 273 mil euros, menos 6,2%.

O valor registado em “Outros rendimentos” ficaram abaixo do estimado em 821 mil euros (-15,1%), muito por influência do não registo da mais-valia prevista com conclusão do processo de venda de imóveis ao Município de Benavente.

O “Custo das matérias consumidas” apresentou um valor superior ao orçamentado em 246 mil euros (+12,1%). De relevar que se registaram gastos superiores ao previsto com a aquisição de fatores de produção para a agricultura em cerca de 324 mil euros (+54,2%), com destaque para o impacto decorrente do efeito do aumento de área de milho-grão. Os dispêndios também foram superiores com alimentação para os animais em cerca de 153 mil euros (+36,2%) e inferiores ao estimado com matérias para a área vitivinícola de 131 mil euros (-21,6%). Em combustíveis reduziu-se o gasto estimado em 19 mil euros (-9,1%). A quebra de vendas de azeite impactou em gastos menores de cerca de 82 mil euros (-39,9%).

Os gastos com “Fornecimentos e serviços externos” ficaram acima do orçamentado (+245 mil euros, correspondendo a +5,6%). Em “subcontratos”, registou-se um gasto superior ao estimado de 51 mil euros (+3,4%), destacando-se os gastos relacionados com a enfardação, e também com as operações relacionadas com os aumentos de área em produção. Os “Serviços Especializados” revelam um gasto de +129 mil euros com orçamentado, e resulta essencialmente de um maior gasto com “Honorários” e “Conservação e reparação”. Os gastos com energia, em linha com o já referido, forma superiores aos estimado em 121 mil euros (+39,7%).

Quanto aos “Gastos com o Pessoal”, o orçamento previa um total 3.500 mil euros, tendo-se verificado uma execução de 3.166 mil euros, ou seja, menos 9,6%. No orçamento estão previstos 96 trabalhadores, chegando-se ao final do ano com 90 efetivos e 1 contrato a termo.

**Divulgação do
cumprimento
pelas
orientações
e disposições
legais**

6

6. DIVULGAÇÃO DO CUMPRIMENTO PELAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS

6.1. Execução do Plano de Atividades e Orçamento

A apreciação à execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) foi apresentada no ponto 5.2 do capítulo 5 do presente relatório.

Conforme se pode verificar no ponto 6.2 foram, na sua essência, cumpridos todos os princípios financeiros de referência, de acordo com o definido nas “Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2025”. Nas situações em que se registaram desvios, a justificação foi plasmada no referido ponto.

Indicadores	PAO 2025	Executado 2025	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Resultado Líquido	3 038 001	1 752 346	-1 285 655	
EBITDA	4 786 945	3 122 306	-1 664 639	
Resultado Operacional (EBIT)	3 595 201	1 997 008	-1 598 193	
Volume de Negócios (1)	10 023 942	9 757 767	-266 175	Ver mapa PRC
Gastos Operacionais	9 888 621	9 706 228	-182 393	Ver mapa PRC
Gastos Operacionais / Volume de Negócios	0,99	0,99	0,00	Ver mapa PRC
Endividamento	0	0	0	
Dívida Financeira Líquida / EBITDA	0	0	0	
Disponibilidades	12 937 300	13 715 162	777 862	

(1) Vendas + Prestações de Serviços + Rendas

Autorização Concedida	Despacho Autorizador	Limite/montante autorizado para 2025
Aumento dos Gastos Operacionais	Aprovação do PAO 2025	"Até ao valor máximo de 9,889 milhões de euros. Aumento dos GO em 139 mil euros em 2025 (1%)."
Contratação de Pessoal	Aprovação do PAO 2025	3 trabalhadores

6.2. Eficiência Operacional e Gastos Operacionais

EFICIÊNCIA OPERACIONAL (artigo 140.º do DLEO 2025)	2025 Execução	2025 Orçamento	2024 Execução	Variação 2025/2024		Desvio 2025/2025	
				Absoluta	%	Absoluta	%
(1) CMVMC	2 280 770	2 035 084	2 472 959	-192 188	-7,8	245 686	12,1
(2) FSE	4 598 538	4 353 128	4 234 038	364 500	8,6	245 410	5,6
(3) Gastos com o pessoal	3 165 919	3 500 409	3 012 308	153 612	5,1	-334 490	-9,6
(4) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais	339 000						
(5) Gastos Operacionais Ajustados = (1)+(2)+(3)-(4)	9 706 228	9 888 621	9 719 305	-13 077	-0,1	-182 393	-1,8
(6) Volume de Negócios (VN) (1)	9 201 767	10 023 942	9 111 404	90 363	1,0	-822 175	-8,2
Vendas	5 082 511	5 481 159	5 045 106				
Prestações de Serviços	514 184	899 857	529 365				
Outros Rendimentos - Rendas	3 605 073	3 642 926	3 536 933				
(7) Impactos no VN decorrentes de fatores excecionais	556 000						
(8) Volume de Negócios Ajustado (6+7)	9 757 767	10 023 942	9 111 404	646 363	7,1	-266 175	-2,7
(9) Peso dos Gastos / VN = (5)/(8)	0,99	0,99	1,07	-0,07	-6,7	0,01	0,8

(1) Vendas + Prestações de Serviços + Rendas, conforme identificado e aprovado nos PAO.

Nunca é demais sublinhar que o nível de alguns custos, por si já diminutos na estrutura de gastos da CL, sofrem impactos relevantes tal como referido no capítulo 5 deste relatório. No entanto, consideramos estarem perfeitamente em linha com a atividade da empresa e encontram-se devidamente enquadrados e justificados.

Sobre a exploração da cortiça e, no sentido de proporcionar um melhor conhecimento técnico do mesmo (que está na base da sua compreensão económica), será importante relembrar que o ciclo de tiragem é de 9 em 9 anos. Como a Companhia das Lezírias tem uma grande área de montado de sobro (cerca de 6.700 hectares), é extraída cortiça todos os anos, estando essa área dividida em 9 “folhas” (áreas de extracção). Acontece, porém, que a dimensão destas folhas é desequilibrada (desde a origem do montado). No entanto, desde há cerca de uma década e meia que a gestão do montado de sobro da CL tem trabalhado num rigoroso processo que tem vindo gradualmente a diminuir o desequilíbrio quantitativo entre as 9 “folhas” do montado. Presentemente as folhas estão muito mais equilibradas, mas o processo ainda demorará alguns anos mais, até atingir o considerado ponto técnico de maior equilíbrio (tendo em conta critérios de localização das árvores, da sua densidade e da sua qualidade).

Os impactos nos gastos e nas receitas decorrentes de fatores excepcionais, identificados ao longo do presente relatório, designadamente a guerra entre a Rússia e a Ucrânia e ainda a guerra no médio oriente, as significativas oscilações de preços no mercado do arroz e azeite e a retração do mercado dos vinhos, revestiram-se de diversas naturezas e tiveram uma extensão transversal às diversas atividades da empresa. Os valores identificados no quadro acima, resultaram essencialmente dos seguintes impactos:

mil€	Varição nos Gastos Operacionais
450	Aumento área milho em produção
154	Varição Gastos com Pessoal
-137	Menor consumo de Fenos
-128	Menor consumo de Azeite

mil€	Varição nos Gastos Operacionais
-136	Venda Arroz
395	Venda Milho (+quebra produção)
-144	Venda Azeite (embalado+granel)
-91	Venda Vinhos
-108	Venda Cortiça, Pinhas e Lenha sobre
-87	Equinos
-181	Turismo aquém objectivo
-204	Não realização contrato Multiplicação Sementes

Informação adicional	2025 Execução	2025 Orçamento	2024 Execução	Variação 2025/2024		Desvio 2025/2025	
				Absoluta	%	Absoluta	%
(1) Gastos com o pessoal	3 165 919	3 500 409	3 012 308	153 612	5,1	-334 490	-9,6
i. (-) Gastos relativos aos órgãos sociais	-342 009	-372 145	-395 278				
ii. (-) Efeito do cumprimento de disposições legais							
iii. (-) Acordo tripartido 2025-2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económico"							
iv. (-) Valorizações remuneratórias - Regulamentos/IRCT	-159 997	-334 433	-41 965				
v. (+) Efeito do Absentismo	100 000		90 000				
vi. (-) Efeito das indemnizações pagas por rescisão (exceto mútuo acordo)							
(2) Gastos com o pessoal sem os impactos i. a vi.	2 763 913	2 793 831	2 665 064	98 849	3,7	-29 918	-1,1
(3) Gastos com deslocações e alojamento	34 186	57 400	27 189	6 997	25,7	-23 214	-40,4
(4) Gastos com Ajudas de custo	1 355	10 750	10 823	-9 468	-87,5	-9 395	-87,4
(5) Gastos associados à frota automóvel	397 898	370 000	401 313	-3 415	-0,9	27 898	7,5
(6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projectos e consultoria	216 494	225 973	150 107	66 387	44,2	-9 479	-4,2
(7) Total dos gastos (3) a (6)	649 933	664 123	589 432	60 501	10,3	-14 190	-2,1
(8) N.º de viaturas (operacional)	42	42	42	0	0,0	0	0,0
(9) N.º de viaturas (não operacional)	3	3	3	0	0,0	0	0,0

A gestão de pessoal continua a enfrentar desafios, especialmente devido à localização geográfica de alguns postos de trabalho, à oferta de remunerações consideradas pouco atrativas e à persistente escassez de mão-de-obra. Essas dificuldades no esforço de recrutamento refletem-se na redução do quadro de pessoal à data de encerramento do exercício.

Os gastos com pessoal refletiram essa dinâmica, ficando abaixo do orçamentado, mas acima do executado no ano anterior, devido quer às atualizações salariais, em conformidade com orientações da tutela financeira, bem como do número médio de trabalhadores, acima do ano anterior (92/91).

Os gastos com deslocações e alojamento ficaram abaixo do orçamento e acima do ano anterior, e as ajudas de custo apresentaram reduções face ao ano 2024, não alinhadas com o previsto no orçamento, pois não se realizaram algumas actividades equestres que impactam esta rubrica. Contudo, observou-se uma exceção nos custos relacionados à manutenção e operação da frota automóvel, que sofreram uma redução, embora se tenham situado acima do orçamentado. Este incremento deve-se, em grande parte, ao envelhecimento progressivo da frota, agravado pelas restrições legais que limitaram a sua renovação, impondo um impacto financeiro considerável. No entanto, com as recentes alterações, foi possível iniciar-se a renovação da frota, esperando-se impactos muito positivos já no decorrer do ano 2026.

O valor correspondente a gastos com Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria, ficou acima do executado em 2024, no entanto abaixo do valor previsto no orçamento aprovado.

6.3. Recursos Humanos e Massa Salarial

Grupo Profissional	Situação a 31-12-2024	Movimentos de Pessoal 2025					Situação a 31-12-2025
		Saídas (reformas + outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade, cedência e licença	Contratações para substituição de saídas	Entrada ao abrigo do (...)	Novas Contratações	
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[1]-[2]+...+[6]
Órgãos Sociais (OS)	5						5
Cargos de Direcção (DI1) (s/OS)	7	2	1	2			6
Trabalhadores	83	6	0	6	2	0	85
Técnico Superior (TS)	11						11
"Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo (TIA)"	23	1		2			24
Assistente operacional, operário, auxiliar (AOA)	49	5		4	2		50
Total (OS+CD+Trabalhadores)	95	8	1	8	2	0	96
Impacto nos gastos com pessoal (1)					15 000		

(1) Decorrentes da autorização de contratação no PAO 2025.

Notas: Dois TIA contratados para substituição de saídas em 2024 que só foi possível substituir em 2025. Das 3 autorizações (AOA) no PAO para 2025, apenas foi possível contrar dois, em setembro. Em 2025 saiu 1 TIA e 1 AOA, que não foi possível substituir até 31 de dezembro.

Descrição	2025 Execução	2025 Orçamento	2024 Execução	Variação 2025/2024	
				Absoluta	%
N.º Órgão Sociais (OS)	5	5	5	0	0,0
N.º Cargos de Direcção (CD)	6	7	7	-1	-14,3
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	85	89	83	2	2,4
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	96	101	95	1	1,1
N.º Trabalhadores / N.º CD	14	13	12	2	19,5
Gastos com Pessoal / Número Total de RH	32 978	34 658	31 709	1 270	4,0
Massa Salarial Global	2 125 890	2 400 285	1 982 925	142 965	7,2
Massa Salarial sem os efeitos de volume	1 986 937		1 902 925	84 012	4,4

No início do ano de 2025 a CL contava com um total de 88 trabalhadores efetivos e 2 contratados a termo nos seus quadros.

Ao longo do ano foram registadas 9 saídas, 7 por demissão, 1 rescisão por acordo e uma saída por requisição . Em contrapartida, a CL reforçou os seus quadros com a admissão de 10 novos trabalhadores com contrato por tempo indeterminado e 1 a termo certo. Este dinamismo resultou num total de 90 trabalhadores efetivos no quadro e 1 contrato a termo. Esta variação está abaixo das previsões do Plano de Atividades e Orçamento. Das rescisões referidas não foi possível substituir todos os trabalhadores até 31 de dezembro.

Adicionalmente, foram realizadas as atualizações remuneratórias de acordo com as orientações do Despacho n.º 1103-B/2025, datado de 22/01/2025, proferido pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, que autorizava um aumento da massa salarial até 4,7%. Atentas as condições remuneratórias em vigor na empresa e avaliado o seu crescimento potencial, procedeu-se à actualização das componentes remuneratórias em 1,5%.

6.4. Execução do Plano de Investimentos

Quanto aos investimentos e ao nível de endividamento, os primeiros foram executados dentro do previsto no PAO 2025 e, quer para o seu financiamento, quer para o financiamento da atividade corrente, a Companhia das Lezírias continua sem qualquer necessidade de recorrer a capitais alheios.

Plano de Investimentos	Situação	Executado até 31/12/2024	Investimentos PAO 2025					Total Executado
			Orçamento	Execução PAO	Desvio PAO €	Desvio PAO %	Execução Extra PAO e Transitados	
Descrição	(EAPCN)	463 627	3 352 790	1 567 945	-1 784 845	-53,2%	30 178	2 061 750
Projeto de renovação de 4 hectares de vinha (plantado 7 ha)	Em curso	140 565			0		16 316	156 881
Espaços verdes e adaptação de edifícios para Enoturismo	Em curso	22 500			0		0	22 500
Execução de Nitreira na Cavalaria 2 e 3	Em curso	975			0		0	975
Renovação de muros caídos no interior da Coudelaria	Concluído	16 830			0		3 846	20 675
Substituição de Motociclos	Concluído	3 808			0		0	3 808
EVOA - Arranjo do suporte do piso do CI	Em curso	15 865			0		0	15 865
Substituição de viaturas	Concluído	145 728			0		0	145 728
Reabilitação da habitação n.º 3 de Catapereiro	Em curso	57 477			0		306	57 782
Adaptação funcional e ergonómica nas instalações afetas aos Serviços Administrati- vos e aos Serviços Técnicos da CL	Em curso	4 043			0		4 043	8 085
Reconversão ETAR	Concluído	26 220	150 000	180 888	30 888	20,6%		207 108
Software - Controlo electrónico de presenças (RH Formação)	Concluído	4 851			0		612	5 463
Software - Business Process Management (BPM)	Em curso	18 983			0		0	18 983
Outras intervenções em edificado	Em curso	5 783			0		5 056	10 839
Renovação de muros caídos no interior e exterior da Coudelaria	Projectado		25 000		-25 000	-100,0%		0
Reconversão e pavimentação da nitreira	Projectado		38 000		-38 000	-100,0%		0
Construção de sistema de transporte e aproveitamento de águas para os pisos	Projectado		45 000		-45 000	-100,0%		0
Recuperação/manutenção das instalações afetas ao turismo	Projectado		5 000		-5 000	-100,0%		0
Recuperação da casa de habitação junto à portaria	Projectado		15 000		-15 000	-100,0%		0
Execução de Nitreira na Cavalaria 2 e 3	Projectado		25 000		-25 000	-100,0%		0
Vedações	Projectado		5 000		-5 000	-100,0%		0
Benefeciações cavalaria 1 e 2	Projectado		10 000		-10 000	-100,0%		0
Reparação das cercas em madeira envolventes às pistas e campos de provas	Projectado		10 000		-10 000	-100,0%		0
Aquisição de carriere PVC para realização de provas de ensino	Concluído		10 000	21 428	11 428	114,3%		21 428
Aquisição de estruturas de apoio ao maneo no Paul das Lavouras (abrigos)	Projectado		10 000		-10 000	-100,0%		0
Ampliação da Cavalaria 3 para apoio e aluguer de boxes para concursos	Projectado		70 000		-70 000	-100,0%		0
Construção em madeira de bancadas para assitir às provas	Projectado		30 000		-30 000	-100,0%		0
Ampliação da area regada dos paddocks	Projectado		5 000		-5 000	-100,0%		0
Aquisição de máquina de manutenção dos pisos dos picadeiros	Projectado		5 000		-5 000	-100,0%		0
Aquisição de contentor que servirá de secretariado e armazem de apoio às pistas	Projectado		25 000		-25 000	-100,0%		0
Cobertura do picadeiro de trabalho 20x60	Projectado		70 000		-70 000	-100,0%		0
Aquisição de 3 pivots de 500m e 1 de 250m	Em curso		240 000	208 774	-31 226	-13,0%		208 774
INTERVENÇÃO PIVOTS CATAPEREIRO HIDRAULICA TA/B	Em curso		60 000	63 812	3 812	6,4%		63 812
Substituição de furos – pivôs de Catapereiro	Projectado		90 000		-90 000	-100,0%		0
trator com carregador frontal	Projectado		70 000		-70 000	-100,0%		0
REPRODUTORES	Projectado		6 000		-6 000	-100,0%		0
VEDAÇÕES - PECUÁRIA	Projectado		39 000		-39 000	-100,0%		0
BEBEDOIROS	Projectado		20 000		-20 000	-100,0%		0
REPARAÇÃO DE TRILHOS RODADOS TA-TB	Projectado		20 000		-20 000	-100,0%		0
Solução de bombagem sustentável (vento ou sol) (Life GodwitFlyWay)	Projectado		205 000		-205 000	-100,0%		0
Saragoça- Restauração de circulação de água (modelação), acessos (Life GodwitFlyWay)	Projectado		31 500		-31 500	-100,0%		0
Saragoça -Colocação de tubos (Life GodwitFlyWay)	Projectado		10 000		-10 000	-100,0%		0
Vedação elétrica para proteção javali e sacarrabos (Life GodwitFlyWay)	Projectado		6 800		-6 800	-100,0%		0
Centro de Interpretação da Charneca	Projectado		5 000		-5 000	-100,0%		0
AT-arranjos na piscina e casa da piscina e arrumos	Em curso		15 000	4 078	-10 922	-72,8%		4 078
AT-bicicletas	Projectado		1 500		-1 500	-100,0%		0
AT- reversão da casa n.º 1 a alojamento e arranjos no mobiliário	Projectado		12 500		-12 500	-100,0%		0
AT-APP para percursos pedestres	Projectado		6 000		-6 000	-100,0%		0
Arneiro Pereiro - Recuperação do edifício	Projectado		100 000		-100 000	-100,0%		0
EVOA-Tratamento exterior do CI (c/bondex) e arranjo de madeiras	Projectado		20 000		-20 000	-100,0%		0
Material e Colocação de protetores individuais contra vacas	Concluído		78 300	54 492	-23 808	-30,4%		54 492
Substituição de motociclos - compra	Em curso		22 500	25 103	2 603	11,6%		25 103
Reabilitação da habitação da Rua José Dias Silva, 77 r/c - VFX	Projectado		35 000		-35 000	-100,0%		0
Reabilitação da habitação n.º 2 de Catapereiro	Projectado		35 000		-35 000	-100,0%		0
Edifícios dos Serviços Tecnicos - Samora Correia	Projectado		10 000		-10 000	-100,0%		0
Esgotos do Pinheiro Alto	Projectado		100 000		-100 000	-100,0%		0
Adaptação funcional e ergonómica nas instalações afetas aos Serviços Administrativos e aos Serviços Técnicos da CL	Em curso		180 000	147 992	-32 008	-17,8%		147 992
Sistema de painéis solares	Projectado		200 000		-200 000	-100,0%		0
Reabilitação da habitação n.º 26 do Pinheiro Alto	Em curso		40 000	28 113	-11 887	-29,7%		28 113
Substituição de viaturas operacionais (2)	Em curso		72 000	31 423	-40 577	-56,4%		31 423
Viatura operacional adicional (1)	Projectado		36 000		-36 000	-100,0%		0
Requalificação da Capela de Nossa Senhora de Alcamé	Concluído		25 500	53 582	28 082	110,1%		53 582
Outras intervenções em edificado	Projectado		50 000		-50 000	-100,0%		0
Aquisição de barricas e toneis de carvalho	Projectado		18 000		-18 000	-100,0%		0
Climatização da Sala de Barricas	Concluído		25 000	28 270	3 270	13,1%		28 270
Nova lavadora para adega	Projectado		4 000		-4 000	-100,0%		0
Fechadora de caixas para linha da adega	Projectado		3 000		-3 000	-100,0%		0
Olivais (substituição)	Em curso		250 000	5 190	-244 810	-97,9%		5 190
Computadores e outros equipamentos eletrónicos	Em curso		50 000	38 821	-11 179	-22,4%		38 821
Software - Sistema de Avaliação de Desempenho	Projectado		25 000		-25 000	-100,0%		0
Software (upgrades)	Projectado		15 000		-15 000	-100,0%		0
Mobiliário de escritório (substituição)	Em curso		30 000	14 077	-15 923	-53,1%		14 077
Outros investimentos residuais e não especificados	Em curso		120 000	225 781	105 781	88,2%		225 781
Prado Plurianual na Lezíria (300 ha)	Concluído		83 650	88 492	4 842	5,8%		88 492
Pastagem Plurianual 260,5 Ha	Em curso			83 758	83 758			83 758
Bovinos de Produção (criados na CL)	Em curso		309 540	263 871	-45 669	-14,8%		263 871
Equinos de Produção (criados na CL)	Em curso		24 000	0	-24 000	-100,0%		0

6.5. Contratualização de Serviço Público

A Companhia das Lezírias não tem serviço público contratado.

6.6. Gestão do Risco Financeiro

Anos	2025	2024	2023	2022	2021
Encargos Financeiros (€)	0	0	0	0	5
Taxa Média de Financiamento (%)	--	--	--	--	--

6.7. Limite de crescimento do Endividamento

Nos termos definidos no n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2025), apurado nos termos da fórmula disposta no n.º 1 do artigo 141.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025 (DLEO 2025):

Passivo Remunerado	2025	2024	Variação 2025/2024	
	Valores (€)		Valor	%
Capital Social/Capital Estatutário	5 000 000	5 000 000	0	0,0%
Financiamento remunerado				
Novos Investimentos no ano (com expressão material)				
Variação do Endividamento	0	0	0	--

6.8. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A Companhia das Lezírias cumpre com o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, efetuando todas as suas aplicações junto do IGCP. Foi parcialmente dispensada em situações residuais, cujo comprovativo se encontra carregado no SISEE, não auferindo, em consequência, quaisquer rendimentos.

IGCP	"1º trimestre €"	"2º trimestre €"	"3º trimestre €"	"4º trimestre €"
Disponibilidades	555 173	954 715	1 260 169	704 370
Aplicações financeiras	11 500 000	10 500 000	9 500 000	13 000 000
Total	12 055 173	11 454 715	10 760 169	13 704 370

Banca Comercial	"1º trimestre €"	"2º trimestre €"	"3º trimestre €"	"4º trimestre €"
Banco Comercial Português	624,80	1 093,60	762,51	7 822
Caixa de Crédito Agrícola Mutuo	97,08	110,42	110,42	110
Aplicações financeiras	0	0	0	0
Total	722	1 204	873	7 932
Juros auferidos	0	0	0	0

6.9. Prazo Médio de Pagamentos

Conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril e definições do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, conjugado com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, o Prazo Médio de Pagamentos da CL regista a evolução abaixo apresentada, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025 (DLEO 2025):

PMP	2025	2024	2023	Variação 2025/2024	
				Valor	%
Prazo (dias)	20	20	23	0	0%

A política de pagamentos da CL rege-se pelas seguintes duas regras base: são efetuados regularmente pagamentos duas vezes por mês, onde são incluídas todas as faturas vencidas nessas datas; é otimizada a obtenção de descontos de pronto pagamento disponíveis.

Dívidas Vencidas (>90 dias)	PAGAMENTOS EM ATRASO Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º do DL 65-A/2011 conjugado com o n.º 2 do artigo 4.º do DL 127/2012 (€)				
	2025				2024
	90-180 dias	180-365 dias	> 360 dias	Total	Total
1. Aquisição de Bens e Serviços	--	--	--	--	--
2. Aquisição de Bens de Capital	--	--	--	--	--
3. Total dívida vencida >90 dias (1+2)	--	--	--	--	--
4 - Situações excluídas (n.2 art.4 DL 127/2012)	--	--	--	--	--
4.1 - obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória	--	--	--	--	--
4.2 - Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor	--	--	--	--	--
4.3 - montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados	--	--	--	--	--
5 - PAGAMENTOS EM ATRASO (3)-(4)	--	--	--	--	--

Pagamentos em atraso nos termos do n.º 1 do artigo 40.º da LOE 2024	Saldo
1. Pagamentos em atraso 2025 (>90 dias)	--
2. Pagamentos em atraso 2025 (>90 dias)	--
3. Δ Pagamentos em atraso (2-1)	--
4. Dotações orçamentais em 2025	--
5. Saldo (3+4)	--

6.10. Estatuto do Gestor Público

6.10.1. Objetivos de Gestão

A contratualização dos objetivos de gestão encontra-se pendente.

6.10.2. Artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

Cartões de Crédito e outros instrumentos de pagamento

Aos membros do Conselho de Administração da Companhia das Lezírias não se encontra atribuída a utilização de cartões de crédito ou de qualquer outro instrumento de pagamento, tendo como objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

6.10.3. Despesas de representação pessoal

Aos membros do Conselho de Administração da Companhia das Lezírias não foram reembolsadas quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

6.10.4. Despesas com comunicações

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eduardo O. Sousa	80,00	249,01	
Rui Baptista	80,00	211,12	
Sónia Ferreira (1)	80,00	582,47	

(1) Renunciou, 31/10/25

6.10.5. Despesas com viaturas

Membro do CA	Plafond Mensal Combustíveis e Portagens	Gastos Anuais associados as Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Eduardo O. Sousa	502,21	1 923,92	888,00	2 811,92	
Rui Baptista	401,77	3 624,09	1 848,23	5 472,32	O gasto anual foi ultrapassado em 651,08 (a)
Sónia Ferreira (1)	401,77	1 473,50	406,10	1 879,60	

(a) Excesso justificado pela intensificação das deslocações (designadamente à Coudelaria de Alter do Chão; dista +200 kms da sede).

(1) Renunciou, 31/10/2025.

6.10.6. Despesas não documentadas

De acordo com definido no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, a Companhia das Lezírias não efetua despesas que não se encontrem devidamente documentadas.

6.11. Contratação Pública

6.11.1. Contratação Pública

A Companhia das Lezírias, atendendo à natureza das suas atividades, comprovadamente com carácter industrial ou comercial em concorrência de mercado, não se enquadra no tipo de entidades abrangidas pela legislação da contratação pública.

6.11.2. Procedimentos Internos para a Contratação de Bens e Serviços

A generalidade das aquisições de bens e serviços são sujeitas a consulta aos operadores de mercado com o objetivo de assegurar a compra às melhores condições oferecidas pelo mercado.

6.11.3. Contratos e outros atos com valor superior a 5M €

A Companhia das Lezírias não realizou quaisquer contratos ou outros atos de valor superior a 5.000.000,00 €, sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas (artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas).

6.12. Informação Complementar

6.12.1. Sistema Nacional de Compras Públicas

A Companhia das Lezírias, atendendo à natureza das suas atividades, comprovadamente com carácter industrial ou comercial, e em concorrência de mercado, não se enquadra no tipo de entidades abrangidas pela legislação.

6.12.2. Recomendações do acionista na última aprovação de contas

Na ata da Assembleia Geral, para apreciação do Relatório e Contas de 2024, realizada no dia 26 de março de 2025, o acionista não emitiu quaisquer recomendações de âmbito legal.

6.12.3. Emissão de reservas na última Certificação Legal de Contas

Na Certificação Legal de Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, sobre as contas referidas no ponto anterior, não foram emitidas quaisquer reservas.

6.12.4. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas ou pela IGF – Autoridade de Auditoria

A Companhia das Lezírias, nos últimos três anos, não foi objeto de qualquer auditoria.

6.12.5. Apresentação da demonstração não financeira

A Companhia das Lezírias não se encontra sujeita à elaboração da demonstração não financeira, por não se enquadrar no tipo de entidades abrangidas pela legislação em vigor. No entanto, produz desde 2021, de forma voluntária, o relatório anual de sustentabilidade.

6.13. Sistematização do cumprimento das orientações legais

Ponto	Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento S/N/N.A.	Indicar Pág. Relatório Gestão
1	Execução do PAO		
	Metas a atingir constantes no PAO		
	Investimento	S	25
	Resultados	S	21
	Nível de Endividamento	S	21
	Execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.	
	Autorizações Concedidas	S	21
2	Eficiência Operacional e Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	22
3	Recursos Humanos e Massa Salarial		24
	Idicação da evolução dos RH	S	24
	Identificação e disponibilização do Despacho autorizador de aumento dos RH (se aplicável)	S	21
	Evolução da massa salarial (sem efeito de volume)	S	24
4	Plano de Investimentos	S	25
5	Contratualização de Serviço Público	N.A.	26
	Indicadores, metas e execução	N.A.	26
	Compensações recebidas	N.A.	26
6	Gestão do Risco Financeiro	S	26
7	Limites de Crescimento do Endividamento	N.A.	26
8	Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)		26
	Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	26
	Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	27
	Juros auferidos e entregues em Receita do Estado	N.A.	27
	Identificação do Despacho autorizador do excecionamento (se aplicável)	N.A.	
9	PMP a fornecedores e arrears		
	Evolução do PMP	S	27
	Pagamentos em atraso	S	27
10	Estatuto do Gestor Público		
	Objetivos de gestão(a)	S	28
	Não utilização de cartão de crédito	S	28
	Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	28
	Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	28
	Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	29
	Despesas não documentadas ou confidenciais	S	29
11	Contratação Pública		
	Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	N.A.	29
	Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.	29
	Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.	29
12	Informação Complementar		
	Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	N.A.	29
	Diligências tomadas sobre as recomendações do acionista na última aprovação de contas		
	O acionista não emitiu quaisquer recomendações de âmbito legal.	N.A.	30
	Diligências tomadas sobre as reservas emitidas na última CLC		
	Não foi emitida qualquer reserva na última CLC.	N.A.	30
	Auditorias do Tribunal de Contas	N.A.	30
	Medidas implementadas para o cumprimento do relato sobre sustentabilidade (CSRD).	N.A.	30
13	Sistematização Informação	S	31

Declaração de Conformidade da Informação Reportada no SISEE

No âmbito da preparação e submissão dos documentos da prestação de contas referente ao exercício de 2025, o Conselho de Administração da Companhia das Lezírias, SA, reunido para o efeito, declara que:

1. Foi verificada a consistência entre a informação financeira reportada no SISEE ao longo do exercício e os elementos constantes da prestação de contas agora submetida ao acionista Estado;
2. Não foram identificadas divergências materiais entre os dados comunicados nas diferentes fases de reporte que comprometam a fiabilidade ou a comparabilidade da informação financeira final;
3. O Conselho de Administração assegura que as informações prestadas obedecem aos princípios de veracidade, transparência e rigor exigidos às empresas do Setor Empresarial do Estado.

Mais se declara que a presente declaração de conformidade é emitida para os efeitos tidos por convenientes e integra os anexos ao Relatório de Gestão.

Samora Correia, 13 de março de 2026

Perspetivas futuras

7

7. PERSPETIVAS FUTURAS

O ano de 2025 foi marcado por dois eventos climatéricos violentos que muito condicionaram as expectativas criadas em torno da estratégia definida pelo Conselho de Administração para o relançamento da actividade agrícola directamente desenvolvida pela empresa. Quebra de valor de mercado, associada a perda de produção, deram origem a um resultado que, embora positivo, ficou manifestamente aquém do esperado.

No entanto, a dimensão da empresa e as múltiplas actividades que desenvolve, propicia condições que levem a desempenhos de excelência, razão por que o Conselho de Administração mantém o foco na modernização e na adopção de ferramentas tecnológicas, associadas a uma continuada formação dos seus quadros. Contudo, conforme referido no relatório do ano passado, existe um obstáculo que atrasa, nalguns casos mesmo, impede, a implementação desse caminho, que são as condicionantes à contratação e à justa remuneração das pessoas, sejam quadro superiores, médios ou mesmo menos qualificados. Trata-se de um assunto por várias vezes assinalado pelo Conselho de Administração nos diferentes documentos que elabora, bem como insistentemente abordado em reuniões e intervenções, por forma a sensibilizar o governo a debruçar-se sobre este factor limitante de progresso e criação de valor.



Numa época em que as alterações climáticas nos têm maioritariamente trazido dissabores, o facto é que vieram para ficar, o que obrigará a uma incessante busca de soluções, novas culturas, novas técnicas, apenas implementáveis se associadas a condições de motivação e atracção, distantes do alcance da empresa pelas razões apontadas.

Não basta usar chavões que se vulgarizam, como a palavra sustentabilidade ou produzir mais com menos, é preciso objectividade e decisão política, a qual se aguarda e por isso insistentemente mantemos a sua referência. É o futuro que está em causa.

A Administração manterá o seu foco na valorização dos RH da CL, bem como na escolha dos melhores prestadores de serviços, contribuindo assim para a consolidação de um tecido empresarial, preferencialmente local ou próximo, que se especializa e equipa com o que de mais moderno se conhece, trazendo para os terrenos da Companhia inovação e tecnologia. São exemplo mais recentes o estudo da qualidade da pulverização com recurso a drones e utilização de IA, na detecção de pragas e doenças, melhorando significativamente o rigor da aplicação de fitofármacos e biofertilizantes, quer no espaço, quer no tempo.

Identificado como um “diamante em bruto” é o turismo. É uma indústria muito exigente, muito especializada, a qual justifica uma análise muito aprofundada realizada por quem possa trazer à Administração e posteriormente ao accionista, uma proposta de implementação de um negócio devidamente enquadrado no “core” da empresa. Nitidamente trata-se de uma matéria que ultrapassa as capacidades internas, facilmente entendível pelo simples facto da Companhia das Lezírias ser uma empresa do sector Agro. É um tema a desenvolver, esperando a Administração que no futuro próximo surjam os primeiros projetos de concretização da implementação de um negócio com futuro.

Turismo de natureza, equestre, o EVOA e a sua valorização enquanto destino único e especializado em zonas húmidas, aves aquáticas e estuarinas, o vinho e o enoturismo, são tudo áreas onde os resultados até agora obtidos provam a necessidade de um investimento baseado no conhecimento da indústria do turismo, que manifestamente a CL não tem.

Por fim, uma nota de regozijo pelos resultados expressos no relatório de sustentabilidade da empresa, que nos traz o conforto do sucesso das medidas em curso, em particular as de carácter ambiental, onde se destaca a informação de, em 2025, a floresta da Companhia das Lezírias ter sequestrado cerca de 35.000 ton de CO₂, equivalentes a 22 viagens de ida e volta de Lisboa a Nova Iorque, ou à emissão de gases com efeitos de estufa libertados por 12.000 automóveis que façam uma média de 30.000 km num ano.

A Companhia das Lezírias, consciente da evolução dos tempos, manterá a sua particular relação com a cultura e tradições próprias da região e da população a que está intrinsecamente associada, empenhada em marcar a história do país com a sua própria identidade.



Proposta de aplicação de resultados

8

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado líquido apurado no período foi de 1.752.345,52 euros (um milhão setecentos e cinquenta e dois mil trezentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e dois cêntimos).

Os incrementos da aplicação do justo valor e da aplicação do método de equivalência patrimonial registados no período ascenderam a 774.080,11 euros (setecentos e setenta e quatro mil e oitenta euros e onze cêntimos).

Em face do resultado obtido, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, tendo em consideração o disposto nos artigos 294.º e 295.º do Código das Sociedade Comerciais e no artigo 21.º dos Estatutos, o Conselho de Administração propõe, para aprovação pela Assembleia Geral, a seguinte aplicação do Resultado Líquido do período de 2025:

Reservas Livres

774.080,11 €

Dividendos

978.265,41 €

Considerações finais



9

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não tivessem ocorrido as intempéries Martinho e Cláudia e as convulsões geopolíticas permitido uma valorização dos mercados, 2025 teria sido o ano de viragem face aos resultados apresentados no ano de 2024. Foi possível um ligeiro acréscimo, mas a ambição é a da inversão do sentido descendente que se vinha acentuando. Cientes das dificuldades, será a motivação e o trabalho árduo que permitirá retomar o desejado crescimento.

O ambiente económico que se vive no planeta não proporciona grandes expectativas para o futuro próximo. Custos da energia, aumento dos preços de factores de produção, uma reforma da Política Agrícola Comum com forte redução orçamental, trazem-nos uma incerteza que muito condiciona a tomada de decisões. Mas a vida continua e as pessoas precisam de alimentos, pelo que, como sempre, a agricultura será um sector âncora. A nossa missão será a de integrar essa resiliência e nunca baixar os braços.

A terminar, uma referência à ligação da Companhia das Lezírias com os stakeholders que com ela criam um ecossistema e muito contribuem para a prossecução da missão e resultados da empresa. Fornecedores e clientes, instituições e universidades, centros de investigação e autarquias, comunidades locais e regionais, organismos públicos, dão origem a um motor que faz mover a economia local, regional e nacional. A todos o Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento de apreço e gratidão.

Um agradecimento também às entidades que tutelam a empresa: o Accionista Parpública e o Ministério da Agricultura e Pescas, bem como os Órgãos Sociais e Revisor Oficial de Contas, pelo seu acompanhamento, assiduidade e rigor.

Todos estes objectivos, bem como os resultados obtidos, têm na sua base as pessoas. Directores, Técnicos, Encarregados, numa palavra, todos os colaboradores da empresa. A eles reservamos um agradecimento final, uma palavra de confiança e de reconhecimento, pelo empenho, pelo espírito de equipa e pelo orgulho com que todos os dias se dedicam à inúmeras tarefas que executam, mantendo a sustentabilidade e o prestígio da Companhia das Lezírias. O Conselho de Administração a todos manifesta a sua disponibilidade e o seu empenho na construção de um futuro que desejamos melhor.

O Conselho de Administração deseja ainda, neste final de exercício, deixar uma nota referente à Dra. Sónia Ferreira, que renunciou ao seu lugar na Administração em Outubro. Administradora desde o início do mandato juntamente com os outros dois elementos, foi sempre uma pessoa dedicada e presente, conhecedora do território, das gentes e das tradições da região, empenhada na defesa e da afirmação da Companhia das Lezírias como elemento histórico e vivo na dinâmica social e económica da região e do país. Candidatou-se a governar o município de Benavente e ganhou as eleições, o que a obrigou a deixar a função que desempenhava no CA da CL. À actual Sra. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, os seus colegas Administradores, mas também todos os que com ela trabalharam, deixam uma nota de regozijo pela forma sempre pronta e aberta como com eles lidou, desejando-lhe o maior sucesso no desempenho das novas funções que abraçou.

Samora Correia, 16 de março de 2026

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Manuel Drummond de Oliveira e Sousa

(Presidente)

Rui Manuel Alves Mendonça Veríssimo Baptista

(Vogal)



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
RELATÓRIO E PARECER DO
CONSELHO FISCAL**

3



Índice

BALANÇO	62
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	
 ANEXO	
1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	67
2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	69
3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E BASES DE APRESENTAÇÃO	71
4 – FLUXOS DE CAIXA	88
5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	89
6 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	92
7 – ATIVOS INTANGÍVEIS	95
8 – AGRICULTURA	97
9 – PARTES RELACIONADAS	104
10 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	107
11 – OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	108
12 – INVENTÁRIOS	109
13 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	110
14 – DIFERIMENTOS	112
15 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	112
16 – CAPITAL PRÓPRIO	113
17 – ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	115
18 – RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	115
19 – LOCAÇÕES	116
20 – RÉDITO	117
21 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	117
22 – GASTOS COM O PESSOAL	118
23 – IMPARIDADE DE ATIVOS	119
24 – AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	119
25 – OUTROS RENDIMENTOS	120
26 – OUTROS GASTOS	120
27 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES E DE AMORTIZAÇÕES	121
28 – JUROS, DIVIDENDOS, RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES	122
29 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	122
30 – ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	123
31 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	123

BALANÇO
31 de dezembro de 2025

Unidade monetário = Euro

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2025	31/12/2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	15 556 910	15 888 630
Propriedades de investimento	6	7 597 699	7 144 149
Activos intangíveis	7	591 294	600 802
Activos biológicos	8	1 897 163	2 014 945
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	10	2 295 115	2 276 201
Outros investimentos financeiros	11	77 449	77 449
Activos por impostos diferidos	17	380 000	402 345
Total do activo não corrente		28 395 630	28 404 521
Activo corrente			
Inventários	12	1 756 284	1 851 611
Activos biológicos	8	7 915 708	7 380 211
Clientes	13	425 036	936 493
Estado e outros entes públicos	15	1 291 276	1 539 699
Outros créditos a receber	13	1 970 598	2 447 482
Diferimentos	14	202 225	81 521
Caixa e depósitos bancários	4	13 715 162	12 318 664
Total do activo corrente		27 276 289	26 555 680
TOTAL DO ACTIVO		55 671 919	54 960 201

BALANÇO
31 de dezembro de 2025

Unidade monetário = Euro

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2025	31/12/2024
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	9	5 000 000	5 000 000
Reservas legais	16	1 520 000	1 520 000
Outras reservas	16	19 636 371	18 382 412
Resultados transitados	16	2 742 857	2 901 655
Excedentes de revalorização	16	18 852 068	18 852 068
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	16	1 058 820	1 270 818
Resultado líquido do período	16	1 752 346	1 650 169
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		50 562 461	49 577 121
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	18	1 364 629	1 219 265
Passivos por impostos diferidos	17	1 194 999	1 313 700
Total do passivo não corrente		2 559 628	2 532 965
Passivo corrente			
Fornecedores	13	238 092	212 650
Adiantamentos de clientes	13	90 024	446 186
Estado e outros entes públicos	15	113 810	115 735
Outras dividas a pagar	13	1 816 281	1 739 395
Diferimentos	14	291 622	336 148
Total do passivo corrente		2 549 830	2 850 115
TOTAL DO PASSIVO		5 109 458	5 383 080
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		55 671 919	54 960 201

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
Período findo em 31 de dezembro de 2025

Unidade monetário = Euro

Rubricas	Notas	Períodos	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	20	5 596 694	5 574 471
Subsídios à exploração	8	2 529 541	1 972 610
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10	59 432	-14 047
Variação nos inventários da produção	12	-3 168 036	-2 746 599
Trabalhos para a própria entidade		104 511	100 825
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-2 280 770	-2 472 959
Fornecimentos e serviços externos	21	-4 598 538	-4 234 038
Gastos com o pessoal	22	-3 165 919	-3 012 308
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23	37 661	-6 037
Aumentos/reduções de justo valor	24	4 143 323	3 989 204
Outros rendimentos	25	4 632 162	4 486 707
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento		3 605 073	3 536 933
Outros rendimentos		1 027 090	949 773
Outros gastos	26	-767 755	-408 988
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 122 306	3 228 841
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	-1 125 298	-1 156 772
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 997 008	2 072 069
Juros e gastos similares suportados	28	-7 367	-8 829
Resultado antes de impostos		1 989 641	2 063 239
Imposto sobre o rendimento do período	29	-237 296	-413 071
Resultado líquido do período		1 752 346	1 650 169

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

31 de dezembro de 2025

Unidade monetário = Euro

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição no início do período (01-01-2025)		5 000 000	1 520 000	18 382 412	2 901 655	18 852 068	1 270 818	1 650 169	49 577 121
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		0	0	1 253 959	-158 799	0	-211 998	-1 253 959	-370 796
Ajustamentos por impostos diferidos	17				35 808		88 643		124 450
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16			1 253 959	-194 606		-300 641	-1 253 959	-495 247
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								1 752 346	1 752 346
RESULTADO INTEGRAL		0	0	1 253 959	-158 799	0	-211 998	498 386	1 381 549
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		0	0	0	0	0	0	-396 209	-396 209
Distribuições	16							-396 209	-396 209
Posição no fim do período (31-12-2025)		5 000 000	1 520 000	19 636 371	2 742 857	18 852 068	1 058 820	1 752 346	50 562 461

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição no início do período (01-01-2024)		5 000 000	1 520 000	16 568 180	2 901 655	18 852 068	1 173 082	2 534 609	48 549 594
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		0	0	1 814 231	0	0	97 736	-1 814 231	97 736
Ajustamentos por impostos diferidos	17				0		-8 244		-8 244
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16			1 814 231	0		105 980	-1 814 231	105 980
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								1 650 169	1 650 169
RESULTADO INTEGRAL		0	0	1 814 231	0	0	97 736	-164 063	1 747 905
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		0	0	0	0	0	0	-720 378	-720 378
Distribuições	16							-720 378	-720 378
Posição no fim do período (31-12-2024)		5 000 000	1 520 000	18 382 412	2 901 655	18 852 068	1 270 818	1 650 169	49 577 121

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
Período findo em 31 de dezembro de 2025

Unidade monetário = Euro

Rubricas	Notas	Períodos	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		6 576 527	5 848 294
Pagamentos a fornecedores		-6 653 309	-6 293 987
Pagamentos ao pessoal		-2 900 863	-2 777 803
Caixa gerada pelas operações		-2 977 645	-3 223 496
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-712 047	-492 533
Outros recebimentos/pagamentos		6 413 617	5 516 538
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		2 723 925	1 800 509
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-1 212 598	-1 013 015
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		65	201 158
Investimentos financeiros			2 929
Outros activos		121 963	70 606
Subsídios ao investimento		1 788	314 972
Juros e rendimentos similares		157 881	297 718
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-930 900	-125 631
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-317	-93
Dividendos		-396 209	-720 378
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-396 526	-720 471
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1 396 498,2	954 406
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	12 318 664	11 364 258
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	13 715 162	12 318 664

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação da entidade

Companhia das Lezírias, S.A.

1.2 – Sede

Largo 25 de Abril, n.º 17, em Samora Correia

1.3 – Natureza da atividade

As origens da Companhia das Lezírias remontam a 25 de junho de 1836, quando foi fundada a Companhia das Lezírias do Tejo e Sado por aquisição em hasta pública de terras da Coroa.

Em 1975, na sequência da conjuntura revolucionária então vivida, a Companhia das Lezírias do Tejo e Sado foi nacionalizada, pelo Decreto-Lei n.º 628/75, de 13 de novembro.

Foi transformada em empresa pública em 1978, através da publicação do Decreto-Lei n.º 123/78, de 15 de novembro, assumindo então a designação de Companhia das Lezírias, E.P.

Alterou a forma jurídica para Sociedade Anónima no ano 1989, através do Decreto-Lei n.º 182/89, de 31 de maio, passando a designar-se Companhia das Lezírias, S.A.

A Companhia das Lezírias tem por objeto principal a exploração agrícola, pecuária e florestal do seu património, bem como a industrialização e comercialização dos respetivos produtos.

Pode exercer ainda outras atividades relacionadas com o seu objeto principal, nomeadamente na área do agro-turismo, aproveitamento de património não afeto à exploração agrícola, pecuária e florestal e industrialização e comercialização de produtos.

Poderá colaborar com os serviços técnicos oficiais no domínio do crédito agrícola, da experimentação, melhoramento vegetal e animal e extensão agrícola, podendo participar em convénios com entidades nacionais ou estrangeiras de natureza pública ou privada na prossecução do objeto social.

1.3.1 – Coudelaria de Alter - transferência de competências para a Companhia das Lezírias

A Fundação Alter Real foi extinta com a publicação do Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 171/2014, de 10 de novembro. Nos termos deste decreto, o Estado, atendendo à natureza das atividades desenvolvidas pela Companhia das Lezírias, considerou que parte das competências que havia delegado na Fundação Alter Real, através do Decreto-Lei n.º 48/2007, de 27 de Fevereiro, eram transferidas para a Companhia das Lezírias, designadamente as relativas à preservação do património genético animal da raça Lusitana, permitindo concentrar apenas numa entidade a gestão de todas as coudelarias detidas pelo Estado, sem prejuízo da gestão empresarial da Companhia das Lezírias.

No âmbito do Programa REVIVE, um conjunto de imóveis da Coudelaria de Alter, que integravam os bens entregues à gestão da CL nos termos da legislação antes referida, foram em 2018 objeto de um contrato de concessão de exploração e entregues ao concessionário em 2019.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, face ao previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilístico correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho.

Os instrumentos legais do SNC, aplicáveis às presentes demonstrações financeiras, são os seguintes:

- Estrutura conceptual - Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho
- Normas contabilísticas e de relato financeiro - Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho
- Normas interpretativas - Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho
- Modelos de demonstrações financeiras - Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho
- Código de contas - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações relevantes para o objetivo de ser prestada informação que apresente, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da empresa, tendo em vista tão somente a superação dessa lacuna, recorre-se, supletivamente e pela ordem indicada:

- Às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002;
- Às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC-IFRIC).

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que tenham sido derogadas

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 – Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados nas presentes demonstrações financeiras, são comparáveis com os valores do presente exercício.

2.4 – Aprovação das contas

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 13 de março de 2026. O Conselho de Administração considera que refletem de forma fidedigna as operações da Empresa, bem como a posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E BASES DE APRESENTAÇÃO

3.1 Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras:

Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Companhia das Lezírias continuará a operar no futuro previsível. Assume que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir o nível das suas operações, mantendo os níveis de atividade e capacidade de cumprir os seus fins.

Regime de acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (e não quando caixa ou equivalentes de caixa sejam recebidos ou pagos), sendo reconhecidos contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras apresentadas estão consistentes de um período para o outro. Nas situações em que ocorram alterações significativas na natureza das operações ou na sua classificação, encontram-se devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Assim, a informação proporcionada acerca da posição financeira da empresa, do seu desempenho e das alterações na posição financeira é fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão

ou inexactidão influenciarem as decisões económicas dos utentes tomadas na base das demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão do item ou do erro julgado nas circunstâncias particulares da sua omissão ou distorção. Um item que não seja suficientemente material para justificar a sua apresentação separada na face dessas demonstrações pode, porém, ser suficientemente material para que seja apresentado separadamente nas notas do anexo.

Compensação

Os activos e passivos, assim como os gastos e os rendimentos, são apresentados separadamente nas demonstrações financeiras, não devendo ser compensados, exceto quando tal for exigido ou permitido pelas normas aplicáveis.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior, cumprindo com os princípios da continuidade e da consistência aplicados na sua preparação. Quando as quantias comparativas sejam reclassificadas, deve ser divulgada a informação relacionada, considerando: i. a natureza da reclassificação, ii. a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada e iii. a razão para a reclassificação. Quando for impraticável reclassificar, deve ser divulgado: i. a razão para não as reclassificar e ii. a natureza dos ajustamentos que teriam sido feitos se as quantias tivessem sido reclassificadas.

3.2 – Juízos de Valor

Na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as NCRF, a Companhia das Lezírias efetuou juízos de valor e estimativas que utilizou como pressupostos que afetam as quantias escrituradas nos montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

- i. Ativos biológicos e produtos agrícolas mensurados ao justo valor: A Companhia das Lezírias efetua as estimativas e os pressupostos subjacentes à mensuração dos ativos biológicos e produtos agrícolas, com base no melhor conhecimento existente à data da elaboração das demonstrações financeiras. Contudo poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis até à data da aprovação das demonstrações financeiras, não sejam consideradas nessas estimativas. As alterações que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras são corrigidas de forma prospetiva.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações realizadas pela Companhia das Lezírias.

3.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas efetuadas pela Companhia das Lezírias, relatadas em ativos, passivos, rendimentos e gastos, tiveram por base o melhor conhecimento existente sobre essas quantias à data da apresentação das demonstrações financeiras.

3.5 – Estratégias de gestão de riscos financeiros

Os riscos a que as organizações se encontram expostas podem ter origem em fatores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a Empresa está exposta, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

Risco de Mercado, o qual inclui três tipos de risco:

- i. Risco cambial – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio;
- ii. Risco de preço – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores que afetem todos os instrumentos negociados no mercado; e
- iii. Risco de taxa de juro – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado.

O risco de mercado é pouco significativo para a Companhia das Lezírias.

Risco de crédito – é o risco de que um participante de um instrumento financeiro não venha a cumprir uma obrigação e faça com que o outro participante incorra numa perda financeira. A Empresa encontra-se sujeita ao risco do crédito que concede aos seus clientes. Contudo, as vendas a crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.

Risco de financiamento – é o risco de que a Empresa venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros. O risco de liquidez pode resultar de uma incapacidade de vender rapidamente um ativo financeiro no fecho do mercado pelo seu justo valor. O risco de liquidez não é significativo para a Empresa.

3.6 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Companhia das Lezírias, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

3.6.1 – Ativos fixos tangíveis (NCRF 7)

Mensuração ao custo

Os ativos fixos tangíveis da Companhia das Lezírias encontram-se valorizados ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e, quando se justificar, das perdas por imparidade acumuladas.

No reconhecimento inicial de um ativo é considerado como custo: i. o seu preço de compra; ii. quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e iii. a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Os gastos diretos relacionados com as áreas técnicas envolvidas na construção de ativos da Empresa são capitalizados no ativo tangível. Esta capitalização é efetuada em função dos recursos internos utilizados e dos tempos despendidos, por contrapartida de trabalhos para a própria entidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, somente quando for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia das Lezírias. Todos os dispêndios com a manutenção e reparação são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

São reconhecidos como equipamentos biológicos os animais e plantas vivos que reúnam os requisitos de reconhecimento como investimento e que não se enquadrem na NCRF 17 – Agricultura, isto é, que não se destinem a atividades agrícolas. Correspondem a estas definições os animais que são utilizados enquanto animais de trabalho.

Depreciações

Os terrenos não são sujeitos a depreciação.

Os restantes ativos fixos tangíveis, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	5 a 10 anos
Edifícios e outras construções	4 a 50 anos
Equipamento básico	3 a 16 anos
Equipamento de transporte	4 a 7 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Equipamentos biológicos	8 anos
Outros activos tangíveis	4 a 10 anos

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. A empresa reconhece as perdas por imparidade em resultados do período.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos os custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A quantia escriturada de um ativo fixo tangível é desreconhecida: i. no momento da alienação, ou ii. quando não se espere benefícios económicos futuros do seu uso ou alienação. O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um item do ativo fixo tangível i. é incluído nos resultados quando o item é desreconhecido e ii. é determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se o houver, e a quantia escriturada do item.

3.6.2 – Propriedades de investimento (NCRF 11)

As propriedades de investimento da Companhia das Lezírias são constituídas pelos imóveis detidos com o objetivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas.

Mensuração ao custo

As propriedades de investimento da Companhia das Lezírias encontram-se valorizadas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e, quando se justificar, das perdas por imparidade acumuladas.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com os requisitos da NCRF 7 - Ativos fixos tangíveis. Quando as propriedades de investimento satisfaçam os critérios de classificação como detidas para venda, passam a ser mensuradas de acordo com os critérios da NCRF 8 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas.

Os custos suportados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros, impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

As propriedades de investimento são desreconhecidas i. na alienação, ou ii. quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

3.6.3 – Ativos intangíveis (NCRF 6)

Um ativo intangível é reconhecido se, e apenas se: i. for provável que os benefícios económicos futuros esperados que sejam atribuíveis ao ativo fluam para a Companhia das Lezírias; e ii. o custo do ativo possa ser fiavelmente mensurado.

Mensuração ao custo

Os ativos intangíveis são mensurados pelo seu custo menos qualquer amortização acumulada e, quando se justificar, de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha reta.

Os custos suportados com ativos intangíveis são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

Os ativos intangíveis são desreconhecidos i. no momento da alienação, ou ii. quando não se esperam benefícios económicos futuros do seu uso ou alienação.

3.6.4 – Ativos biológicos e produtos agrícolas (NCRF 17)

São reconhecidos como ativos biológicos os animais ou plantas vivos utilizados na atividade agrícola e os produtos agrícolas no ponto da colheita.

Para adequação aos instrumentos legais do SNC, os ativos biológicos são tratados em dois grandes grupos: ativos biológicos de produção e ativos biológicos consumíveis.

3.6.4.1 – Ativos biológicos de produção

São reconhecidos como ativos biológicos os animais ou plantas vivos utilizados na atividade agrícola, a partir dos quais são obtidos produtos agrícolas.

Foram reconhecidos como ativos biológicos de produção as plantações florestais, essencialmente o montado de sobro e o pinhal manso, a vinha, o olival e os animais reprodutores.

Mensuração ao custo

Os ativos biológicos de produção que sejam plantas – montado de sobro, pinhal manso, vinha e olival – foram mensurados pela Companhia das Lezírias segundo o modelo do custo. Tal opção foi tomada por se considerar que, as formas possíveis de valorizar este conjunto de ativos pelo modelo do justo valor apresentam limitações severas na sua determinação. Não existem indicadores de mercado fiáveis e as formas alternativas conduzem a resultados que se consideram pouco claros numa perspetiva global de análise e de condução dos negócios da empresa.

Este conjunto de ativos biológicos – montado de sobro, pinhal manso, vinha e olival – é valorizado ao custo tendo em consideração o disposto na NCRF 7 – Ativos fixos tangíveis.

O valor de custo é deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e, quando se justificar, das perdas por imparidade acumuladas.

Depreciações

Os ativos biológicos de produção, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Activos biológicos de produção	Vida útil estimada
Montado de sobro e pinhal manso	--
Olival	25 anos
Vinha	20 anos

O EFRAG (European Financial Reporting Advisory Group), em setembro de 2014, propôs a adoção das alterações introduzidas pelo IASB (International Accounting Standards Board) em junho de 2014, que preconiza o tratamento das plantas destinadas à produção, designadas como “Bearer Plants”, no âmbito da IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e o produto agrícola em crescimento, como ativo biológico, no âmbito da IAS 41 - Agricultura. O EFRAG considerou, na sua proposta de adoção, que estas alterações permitem uma prática contabilística mais prudente. O processo de adoção por parte da União Europeia culminou em 24 de novembro de 2015, com a publicação do Regulamento (EU) 2015/2113 da Comissão no Jornal Oficial da União Europeia. As alterações introduzidas produziram efeitos a partir dos exercícios que começaram em 1 de janeiro de 2016, mas com possibilidade de aplicação anterior.

Mensuração ao justo valor

Os ativos biológicos de produção que sejam animais, quando assim reconhecidos, são mensurados pela Companhia das Lezírias pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda.

Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um ativo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda e de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto de venda de um ativo biológico são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surjam.

3.6.4.2 – Ativos biológicos consumíveis

São reconhecidos como ativos biológicos os animais ou plantas vivos que estão para ser colhidos como produtos agrícolas ou vendidos como ativos biológicos.

Foram reconhecidos como ativos biológicos consumíveis as plantações florestais, essencialmente o pinhal bravo e a cortiça em crescimento, em linha com o anteriormente referido, e os animais destinados à produção de carne ou detidos para venda.

Mensuração ao justo valor

Os ativos biológicos consumíveis são mensurados pela Companhia das Lezírias pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda.

Os produtos agrícolas são mensurados pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda no momento da colheita. Tal mensuração é o custo nessa data para efeitos de registo em inventários para aplicação, a partir desse momento, da NCRF 18 – Inventários.

Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um ativo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda e de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto de venda de um ativo biológico são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surjam.

Um ganho ou perda que surja no reconhecimento inicial do produto agrícola pelo justo valor menos custos estimados no ponto de venda são incluídos no resultado líquido do período em que surgem.

3.6.4.3 – Subsídios das entidades públicas

Um subsídio das entidades públicas incondicional que se relacione com um ativo biológico, mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda, é reconhecido nos resultados quando se torne recebível.

Se um subsídio das entidades públicas relacionado com um ativo biológico, mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda, for condicional, a Companhia das Lezírias reconhece-o nos resultados somente quando as condições a ele associadas forem cumpridas.

3.6.5 – Imparidade de ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento, ativos intangíveis e ativos biológicos (ncrf 12)

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, das propriedades de investimentos (valorizadas ao custo), dos ativos intangíveis e dos ativos biológicos de produção (valorizados ao custo), com o objetivo de determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. A quantia recuperável é a quantia mais alta de entre i. o justo valor de um ativo ou, ii. a unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso.

Quando a quantia recuperável de um ativo for menor do que a sua quantia escriturada,

é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é reconhecida nos resultados, a não ser que o ativo seja escriturado pela quantia revalorizada de uma outra Norma. Qualquer perda por imparidade de um ativo revalorizado deve ser tratada como decréscimo de revalorização de acordo com essa outra Norma.

A Companhia das Lezírias, à data de cada relato, avalia se há qualquer indicação de que uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores relativamente a um ativo possa já não existir ou possa ter diminuído. Se tal indicação existir, é estimada a quantia recuperável desse ativo. A perda por imparidade é revertida, através do aumento da quantia escriturada do ativo até à sua quantia recuperável. Este aumento é uma reversão de uma perda por imparidade.

3.6.6 – Investimentos financeiros (NCRF 13 e NCRF 27)

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas são registados de acordo com o método de equivalência patrimonial.

Inicialmente as participações são reconhecidas pelo custo e posteriormente ajustado, em cada período após a aquisição, proporcionalmente ao valor da participação, em função das alterações verificadas nos capitais próprios dessas empresas.

Para efeitos de classificação das participações da Companhia das Lezírias, consideraram-se os seguintes grupos:

- Empresas subsidiárias: participações onde se detém o controlo da gestão;
- Empresas associadas: participações sobre as quais tem influência significativa. Considerou-se influência significativa o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das participadas, mas que não constitui controlo sobre essas políticas. Abrange as participações onde se detém entre 20% e 50% do capital social;
- Outras empresas: participações de valor inferior a 20% do capital social.

Os investimentos financeiros noutras empresas e noutros ativos financeiros são registados pelo seu valor de aquisição menos perdas por imparidade acumuladas.

A Companhia das Lezírias verifica em cada data de relato se existe evidência de imparidade em investimentos financeiros.

3.6.7 – Imposto sobre o rendimento (NCRF 25)

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa e corresponde à soma algébrica dos impostos correntes com os impostos diferidos.

3.6.7.1 – Impostos correntes

O imposto corrente é a quantia a pagar ou a recuperar dos impostos sobre o rendimento do período, calculada sobre o lucro ou prejuízo tributável dum período de acordo com a matéria coletável estimada com base nas leis e taxas fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas, à data do balanço.

3.6.7.2 – Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados para as diferenças temporárias entre a quantia escriturada de um ativo ou de um passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo mensurados pela aplicação das taxas e leis fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovada, à data do balanço.

A mensuração de ativos e passivos por impostos diferidos reflete as consequências fiscais que se seguem derivadas da maneira pela qual a Companhia das Lezírias espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Um passivo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Um ativo por impostos diferidos é reconhecido para as diferenças temporárias dedutíveis que possam reverter para a Companhia das Lezírias. O reconhecimento verifica-se enquanto existam expectativas razoáveis de no futuro existirem lucros tributáveis disponíveis para utilizar estes ativos por impostos diferidos. A quantia escriturada de um ativo por impostos diferidos é anualmente revista à data de balanço.

3.6.8 – inventários (NCRF 18)

Os inventários devem ser mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo dos inventários incluiu todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade menos os custos estimados de acabamento e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

Os inventários relacionados com produtos agrícolas colhidos de ativos biológicos são mensurados, no reconhecimento inicial, pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda na altura da colheita de acordo com a NCRF 17 - Agricultura. Este é o custo dos inventários à data para aplicação da NCRF 18 - Inventários.

3.6.9 – clientes e outras contas a receber (NCRF 27)

As dívidas a receber de clientes e de outros terceiros são mensuradas pelo método do custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial, deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia escriturada e o valor que a Companhia das Lezírias espera recuperar. As diferenças são reconhecidas nas demonstrações financeiras do período em que são estimadas.

3.6.10 – Caixa e depósitos bancários (NCRF 27)

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores em caixa, em depósitos bancários imediatamente realizáveis e em depósitos bancários com vencimentos a menos de um ano e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco pouco significativo de alteração de valor.

3.6.11 – Responsabilidades por benefícios pós-emprego (NCRF 28)

A todos os trabalhadores com 10 ou mais anos de trabalho ao serviço da Companhia das Lezírias e que já faziam parte dos seus quadros como efetivos em 22 de setembro de 2000, são atribuídos benefícios pós-emprego, através de planos de benefícios definidos, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência.

Plano de benefícios definidos

O plano de benefícios definidos é financiado através do reconhecimento de um passivo pelo valor presente da obrigação dos benefícios definidos à data do balanço.

Os ganhos e perdas atuariais determinados são reconhecidos como um gasto ou como um rendimento no período em que ocorrem.

As responsabilidades da Companhia das Lezírias, na data de fecho de contas, são bianualmente calculadas por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no método Projected Unit Credit, determinado o valor presente das suas obrigações de benefícios definidos e respetivo custo do serviço corrente. Para o efeito, são usados determinados pressupostos atuariais. Os pressupostos atuariais são as melhores estimativas das variáveis que determinarão o custo final de proporcionar benefícios pós-emprego. Os pressupostos atuariais compreendem:

Pressupostos demográficos acerca das características futuras de empregados (e seus dependentes) correntes e antigos que sejam elegíveis para os benefícios. Os pressupostos demográficos tratam matérias tais como:

- i. Mortalidade, tanto durante como após o emprego;
- ii. Proporção dos membros do plano quando dependentes que sejam elegíveis para os benefícios; e

Pressupostos financeiros, tratando de itens tais como:

- i. A taxa de desconto;
- ii. Os níveis de ordenados futuros e de benefícios.

3.6.12 – Fornecedores e outras contas a pagar (NCRF 27)

As dívidas a pagar a fornecedores e a outros terceiros são mensuradas pelo método do custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.6.13 – Periodizações (NCRF 1)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram, independentemente do momento em que sejam recebidos ou pagos, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados na rubrica Outros créditos a receber, Outras dívidas a pagar e Diferimentos.

3.6.14 – Instrumentos de capital próprio (NCRF 27)

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio da Companhia das Lezírias apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas diretamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelo acionista.

3.6.15 – Locações (NCRF 9)

A Companhia das Lezírias classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal.

Locação financeira

No início do prazo de locação, os contratos de locações financeiras são registados como ativos e passivos nos seus balanços por quantias iguais ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos da locação são repartidos entre o encargo financeiro e a redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo da locação. Quando os ativos locados estão sujeitos a depreciações, estas são tratadas de acordo com a NCRF 7 – Ativos fixos tangíveis.

Locação operacional

Os pagamentos de locações operacionais são registados como um gasto no período em que ocorrem, numa base de linha reta durante o período de locação.

3.6.16 – Gastos e rendimentos

Os efeitos das transações são reconhecidos no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os respetivos gastos e rendimentos são registados no passivo e no ativo respetivamente.

3.6.16.1 – Rédito (NCRF 20)

O rédito é o influxo bruto de benefícios económicos durante o período proveniente do curso das atividades ordinárias de uma entidade quando esses influxos resultarem em aumentos de capital próprio, que não sejam aumentos relacionados com contribuições de participantes no capital próprio.

Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- i. Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- ii. A Companhia das Lezírias não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- iii. A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- iv. Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a empresa; e
- v. Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Prestações de serviços

O rédito associado com uma transação que se relacione com prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado e quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- i. A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- ii. Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Companhia das Lezírias;
- iii. A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e
- iv. Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

Juros, Royalties e Dividendos

O rédito proveniente do uso por outros de ativos da Companhia das Lezírias que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando:

- i. Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a empresa; e
- ii. A quantia do rédito seja fiavelmente mensurada.

O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido nas seguintes bases:

- i. Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;
- ii. Os royalties são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante; e
- iii. Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito da Companhia das Lezírias, enquanto acionista, receber o pagamento.

3.6.16.2 – Trabalhos para a própria entidade (NCRF 7)

Os trabalhos para a própria entidade correspondem essencialmente aos gastos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem gastos com materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.6.16.3 – Custos dos empréstimos (NCRF 10)

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva.

3.6.16.4 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas (NCRF 22)

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe segurança razoável de que será recebido e que a Companhia das Lezírias cumprirá as condições a eles associadas.

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis destinados a aquisições de ativos são inicialmente registados no capital próprio. Quando relacionados com ativos depreciables, são subsequentemente imputados, numa base sistemática, como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos subsidiados.

Os subsídios das entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como passivos.

No caso de estes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis, deverão passar a ter o tratamento referido no parágrafo anterior.

Os restantes apoios das entidades públicas são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados, numa base sistemática, pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Aos subsídios das entidades públicas que se relacionam com ativos biológicos é dado o tratamento descrito do ponto 3.6.4.3.

3.6.17 – Activos não correntes detidos para venda (NCRF 8)

Os ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda, quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e estes estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é altamente provável. Após a sua reclassificação, estes ativos são mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

3.6.18 – Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes (NCRF 21)

Provisões

Reconhecimento de um passivo de tempestividade ou quantia incertos, em que a quantia da obrigação possa ser mensurada com fiabilidade.

Consequência de acontecimentos passados, uma possível obrigação, cuja existência apenas possa vir a ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, com probabilidade de exfluxo de recursos.

Ativos contingentes e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Um possível ativo, ou passivo, proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

3.6.19 – Acontecimentos após a data do balanço (NCRF 24)

Os eventos ocorridos após a data do balanço, sobre condições que existiam nessa data, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os eventos relevantes ocorridos após a data do balanço são divulgados nos anexos às demonstrações financeiras.

4 FLUXOS DE CAIXA

4.1 – Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes apresentados nas demonstrações financeiras estão disponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A divulgação dos fluxos caixa durante o período foi efetuada através da utilização do método direto, de acordo com o disposto na NCRF 2 - Demonstração de fluxos de caixa, a partir do registo dos influxos e efluxos efetuados na contabilidade da Companhia das Lezírias.

Descrição	Períodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Caixa (1)	2 860	4 859
Depósitos à ordem	712 302	813 805
Outros depósitos bancários	13 000 000	11 500 000
Total de caixa e depósitos bancários	13 715 162	12 318 664

(1) Inclui valores recebidos, cujo depósito foi efetuado no mês de janeiro do ano seguinte.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1 – Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição.

5.2 – Métodos de depreciação usados

Os terrenos não são sujeitos a depreciação.

Os restantes ativos fixos tangíveis, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação anual de acordo com o método de linha reta.

5.3 – Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis foram estimadas de acordo com a expectativa de utilização dos bens, calculando as depreciações com os seguintes períodos de vida útil esperados:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	5 a 10 anos
Edifícios e outras construções	4 a 50 anos
Equipamento básico	3 a 16 anos
Equipamento de transporte	4 a 7 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Equipamentos biológicos	8 anos
Outros activos tangíveis	4 a 10 anos

5.4 – Quantias brutas escrituradas, depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas

Reconciliação das quantias escrituradas em ativos fixos tangíveis no início e no fim do período:

Unidade monetário = Euro

Descrição	Activos fixos tangíveis								Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em curso	
Activo bruto									
Saldo em 31-12-2024	10 613 950	24 327 110	8 053 702	1 501 987	911 626	88 900	987 180	323 062	46 807 518
Adições		129 294	336 054	4 739	22 328	8 000	42 513	570 669	1 113 597
Revalorizações									0
Abates		56 282		211 625	13 577	19 400	2 006		302 891
Transferências		-2 205 996	-1 039 130	149 536	5 463	0	-6 794	-288 430	-3 385 350
Saldo em 31-12-2025	10 613 950	22 194 126	7 350 625	1 444 636	925 840	77 500	1 020 893	605 301	44 232 873
Depreciações acumuladas									
Saldo em 31-12-2024	633 215	20 179 952	7 347 876	1 136 837	811 291	49 094	760 623		30 918 888
Adições		542 867	229 385	101 646	48 356	7 500	49 839		979 594
Revalorizações									0
Abates		56 282	0	201 140	13 577	12 544	2 006		285 549
Transferências		-1 891 046	-1 039 130				-6 794		-2 936 970
Saldo em 31-12-2025	633 215	18 775 491	6 538 131	1 037 344	846 070	44 050	801 662	0	28 675 963
Perdas por imparidade acumuladas									
Activo fixo tangível líquido	9 980 735	3 418 635	812 494	407 292	79 770	33 450	219 231	605 301	15 556 910

Unidade monetário = Euro

Descrição	Activos fixos tangíveis								Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em curso	
Activo bruto									
Saldo em 31-12-2023	10 613 950	23 988 872	7 771 953	1 391 174	858 789	93 900	874 330	291 117	45 884 085
Adições		90 959	270 299	155 063	42 214	4 000	12 851	499 355	1 074 740
Revalorizações									0
Abates			1 250	126 347	12 127	6 500			146 224
Transferências		247 279	12 700	82 098	22 751	-2 500	100 000	-467 410	-5 083
Saldo em 31-12-2024	10 613 950	24 327 110	8 053 702	1 501 987	911 626	88 900	987 180	323 062	46 807 518
Depreciações acumuladas									
Saldo em 31-12-2023	633 215	19 595 971	7 139 379	1 144 401	764 341	46 606	718 731	0	30 042 645
Adições		583 981	209 747	104 642	58 777	8 988	41 893		1 008 026
Revalorizações									0
Abates			1 250	112 206	11 827	4 000			129 283
Transferências						-2 500			-2 500
Saldo em 31-12-2024	633 215	20 179 952	7 347 876	1 136 837	811 291	49 094	760 623	0	30 918 888
Perdas por imparidade acumuladas									
Activo fixo tangível líquido	9 980 735	4 147 158	705 826	365 150	100 335	39 806	226 557	323 062	15 888 630

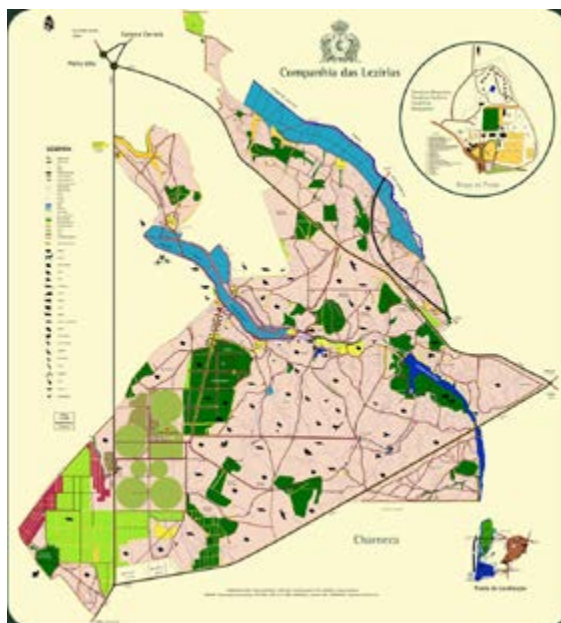
5.5 – Ocupação dos terrenos da Companhia das Lezírias

Os terrenos da Companhia das Lezírias ocupam uma área total de cerca de 18.000 hectares (ha), sitos nos concelhos de Vila Franca de Xira, Benavente e Salvaterra de Magos.

Encontram-se arrendados cerca de 5.800 ha, estando os restantes 12.200 ha afetos à exploração direta da empresa e ainda ocupados por áreas significativas de caminhos, barragens, linhas de água, zonas sociais, entre outras.

As áreas onde a Companhia das Lezírias desenvolve as suas atividades de natureza agrícola e florestal, com base no plano de culturas anual, são as seguintes:

Zona	Cultura	Hectares
Lezíria Sul	Arroz	301
	Feno	250
	Pastagem	1 696
Catapereiro	Milho	249
	Serradela	78
	Luzerna	79
	Feno	30
	Vinha	134
	Olival	69
Charneca	Pastagem	220
	Pinhal Bravo	999
	Pinhal Manso	701
	Montado de Sobro	6 751
Total		11 557



Na Charneca, em especial na área de Montado de Sobro, encontram-se implantados cerca de 5.900 ha de prados permanentes e bio diversos.

5.6 – Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que tenham sido dados como garantia de passivos.

Conforme definido na alínea e) do artigo 10.º dos estatutos da Companhia das Lezírias, compete à Assembleia Geral “Autorizar a alienação e oneração de imóveis bem como a realização de investimentos, estes últimos quando de valor superior a 20% do capital social”.

6 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

6.1 – Modelo aplicado

A Companhia das Lezírias optou por contabilizar as suas propriedades de investimento ao modelo do custo, conforme informação descrita no ponto 3.6.2.

6.2 – Critérios usados para distinguir propriedades de investimento de propriedades ocupadas pelo dono e de propriedades detidas para venda no curso ordinário dos negócios

A Companhia das Lezírias considera como propriedades de investimento:

- i. Terrenos propriedade da entidade, locados cuja exploração é efetuada por terceiros;
- ii. Terrenos propriedade da entidade, detidos com o objetivo de venda; e
- iii. Edifícios propriedade da entidade que se encontram locados, cuja exploração é efetuada por terceiros.

6.3 – Quantias reconhecidas nos resultados com propriedades de investimento

Os rendimentos reconhecidos referem-se essencialmente às rendas dos terrenos obtidas no período.

Os gastos operacionais relacionam-se essencialmente com propriedades de investimento que geram rendimentos de rendas durante o período.

Montantes reconhecidos no período	Períodos	
	2025	2024
Rendimentos no período	3 605 073	3 536 933
Gastos operacionais directos	110 236	84 225

6.4 – Existência e quantias de restrições sobre a capacidade de realização de propriedades de investimento ou a remessa de rendimentos e proventos de alienação

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer restrições de titularidade sobre as propriedades de investimento.

Conforme definido na alínea e) do artigo 10.º dos estatutos da Companhia das Lezírias, compete à Assembleia-Geral “Autorizar a alienação e oneração de imóveis bem como a realização de investimentos, estes últimos quando de valor superior a 20% do capital social”.

6.5 – Aplicação do modelo do custo

Métodos de depreciação usados

A Companhia das Lezírias aplica o critério adotado para os ativos fixos tangíveis. Ver relato no ponto 5.2.

Vidas úteis usadas

Os terrenos não são sujeitos a depreciação. Para os edifícios foi estimada uma vida útil de 50 anos.

Justo valor das propriedades de investimento

As propriedades de investimento da Companhia das Lezírias respeitam essencialmente a contratos de arrendamento efetuados ao abrigo da Lei do arrendamento rural.

O cálculo do justo valor das propriedades de investimento foi obtido através da aplicação do método do desconto dos cash-flows futuros dos rendimentos gerados, de forma a calcular o valor atual dos fluxos monetários libertados. O impacto registado resulta, essencialmente, da variação da taxa de actualização que reflete a expectativa do acionista na remuneração dos seus capitais.

Unidade monetário = Euro

Períodos	
2025	2024
95 697	103 227

Quantias brutas escrituradas, depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas

Reconciliação das quantias escrituradas em propriedades de investimento no início e no fim do período:

Unidade monetário = Euro

Propriedades de investimento				
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Investimentos em curso	Total
Activo bruto				
Saldo em 31-12-2024	7 122 206	156 733	0	7 278 939
Adições		34 899		34 899
Revalorizações				0
Abates				0
Transferências		3 385 350		3 385 350
Saldo em 31-12-2024	7 122 206	3 576 983	0	10 699 189
Depreciações acumuladas				
Saldo em 31-12-2024	0	134 790	0	134 790
Adições		29 730		29 730
Revalorizações				0
Abates				0
Transferências		2 936 970		2 936 970
Saldo em 31-12-2025	0	3 101 490	0	3 101 490
Perdas por imparidade acumuladas				
Propriedades de investimento líquidas	7 122 206	475 492	0	7 597 699

Unidade monetário = Euro

Propriedades de investimento				
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Investimentos em curso	Total
Activo bruto				
Saldo em 31-12-2023	7 122 206	156 733	0	7 278 939
Adições				0
Revalorizações				0
Abates				0
Transferências				0
Saldo em 31-12-2024	7 122 206	156 733	0	7 278 939
Depreciações acumuladas				
Saldo em 31-12-2023	0	131 656	0	131 656
Adições		3 135		3 135
Revalorizações				0
Abates				0
Transferências				0
Saldo em 31-12-2024	0	134 790	0	134 790
Perdas por imparidade acumuladas				
Propriedades de investimento líquidas	7 122 206	21 943	0	7 144 149

Procedeu-se à reclassificação de Activos Fixos Tangíveis para Propriedades de Investimentos, para melhor espelhar a efectiva utilização deste conjunto de activos.

7 ATIVOS INTANGÍVEIS

7.1 – Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

Foi reconhecido como ativo intangível, no âmbito do divulgado na nota 1.3.1, os poderes de gestão e de exploração atribuídos à Companhia das Lezírias até 31 de Dezembro de 2088, sobre os imóveis de domínio público do Estado denominados Mouchão do Salgueiral e Mouchão do Esfolá Vacas.

Os Ativos intangíveis reconhecidos foram valorizados segundo o valor atribuído por avaliações efetuadas por peritos independentes.

7.2 – Métodos de depreciação usados

A partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação anual de acordo com o método de linha reta.

7.3 – Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis foram estimadas de acordo com a expectativa de utilização dos bens, calculando as depreciações com os seguintes períodos de vida útil esperados:

Activos intangíveis	Vida útil estimada
Mouchão do Salgueiral	75 anos
Mouchão do Esfolá Vacas	75 anos

7.4 – Quantias brutas escrituradas, depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas

Reconciliação das quantias escrituradas em ativos intangíveis no início e no fim do período:

Unidade monetário = Euro

Activos intangíveis			
Descrição	Mouchão do Salgueiral	Mouchão do Esfola Vacas	Total
Activo bruto			
Saldo em 31-12-2024	132 900	582 000	714 900
Adições			0
Saldo em 31-12-2025	132 900	582 000	714 900
Depreciações acumuladas			
Saldo em 31-12-2024	21 211	92 887	114 098
Adições	1 768	7 741	9 508
Saldo em 31-12-2025	22 978	100 628	123 606
Perdas por imparidade acumuladas			
Activo intangível líquido	109 922	481 372	591 294

Unidade monetário = Euro

Activos intangíveis			
Descrição	Mouchão do Salgueiral	Mouchão do Esfola Vacas	Total
Activo bruto			
Saldo em 31-12-2023	132 900	582 000	714 900
Adições			0
Saldo em 31-12-2024	132 900	582 000	714 900
Depreciações acumuladas			
Saldo em 31-12-2023	19 443	85 147	104 590
Adições	1 768	7 741	9 508
Saldo em 31-12-2024	21 211	92 887	114 098
Perdas por imparidade acumuladas			
Activo intangível líquido	111 689	489 113	600 802

7.5 – Existência de quantias de escrituradas de ativos intangíveis cuja titularidade está restringida e as quantias escrituradas de ativos intangíveis dados como garantias de passivos

A titularidade dos ativos intangíveis divulgados decorre da forma como a sua utilização foi atribuída à Companhia das Lezírias, nos termos do divulgado na nota 1.3.1.

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer ativos intangíveis dados como garantias de passivos.

8 AGRICULTURA

8.1 – Descrição de cada grupo de ativos biológicos

São reconhecidos como ativos biológicos os animais ou plantas vivos utilizados na atividade agrícola, a partir dos quais são obtidos produtos agrícolas.

São reconhecidos como ativos biológicos:

- i. Plantas:
 - a. Florestas (compostas essencialmente pelo montado de sobro e pelo pinhal);
 - b. Vinha;
 - c. Olival; e
 - d. Culturas agrícolas com produções plurianuais, designadamente pastagens;
- ii. Animais:
 - a. Bovinos; e
 - b. Equinos.

São reconhecidos como ativos biológicos consumíveis aqueles que:

- i. Estejam para ser colhidos como produto agrícola; ou
- ii. Estejam para ser vendidos como ativos biológicos.

8.2 – Métodos e pressupostos significativos aplicados na determinação do justo valor de cada um dos grupos do produto agrícola no ponto de colheita e de cada um dos grupos de ativos biológicos

O justo valor dos ativos biológicos foi determinado a partir

- i. Do preço de venda conhecido no ponto de colheita;
- ii. Do valor de mercado conhecido em transações recentes;
- iii. De referências do sector disponíveis em entidades oficiais, como sejam dados estatísticos obtidos a partir do boletim mensal de estatística publicado pelo INE;
- iv. Do valor presente dos fluxos de caixa líquidos descontados.

Os grupos de ativos biológicos que foram mensurados segundo o modelo do justo valor foram descritos na nota 3.6.4.

8.3 – Ativos biológicos mensurados ao justo valor e ativos biológicos mensurados ao custo menos depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas, no fim do período

Unidade monetário = Euro

Descrição	Activos Biológicos NÃO CORRENTES			Activos Biológicos CORRENTES	
	Justo Valor	Custo	Total	Justo Valor	Total
ANIMAIS					
Saldo em 31-12-2024	700 645		700 645	927 121	927 121
Aquisições			0	6 000	6 000
Variações de justo valor	99 542		99 542	196 993	196 993
Abates	-36 845		-36 845	0	0
Saldo em 31-12-2025	763 342		763 342	1 130 114	1 130 114
PLANTAS					
Saldo em 31-12-2024		1 314 300	1 314 300	6 453 090	6 453 090
Aquisições		193 756	193 756		
Variações de justo valor				1 461 935	1 461 935
Transf. Produto Acabado				-1 129 431	-1 129 431
Abates		-267 769	-267 769		
Depreciações		-106 466	-106 466		
Saldo em 31-12-2025		1 133 821	1 133 821	6 785 594	6 785 594
Activos Biológicos em 31-12-2025	763 342	1 133 821	1 897 163	7 915 708	7 915 708

Unidade monetário = Euro

Descrição	Activos Biológicos NÃO CORRENTES			Activos Biológicos CORRENTES	
	Justo Valor	Custo	Total	Justo Valor	Total
ANIMAIS					
Saldo em 31-12-2023	712 827		712 827	978 142	978 142
Aquisições			0	1 500	1 500
Variações de justo valor	8 671		8 671	-52 521	-52 521
Abates	-20 853		-20 853	0	0
Saldo em 31-12-2024	700 645		700 645	927 121	927 121
PLANTAS					
Saldo em 31-12-2023		1 344 487	1 344 487	5 942 618	5 942 618
Aquisições		105 916	105 916		
Variações de justo valor				1 649 946	1 649 946
Transf. Produto Acabado				-1 139 474	-1 139 474
Abates		0	0		
Depreciações		-136 103	-136 103		
Saldo em 31-12-2024		1 314 300	1 314 300	6 453 090	6 453 090
Activos Biológicos em 31-12-2024	700 645	1 314 300	2 014 945	7 380 211	7 380 211

8.4 – Existência e quantias escrituradas de ativos biológicos cuja posse seja restrita e quantias escrituradas de ativos biológicos penhorados como garantia de passivos

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer restrições de posse ou penhoras sobre ativos biológicos.

8.5 – Estratégias de gestão de riscos financeiros relacionados com a atividade agrícola

Para além dos riscos de natureza estritamente financeira, identificados no ponto 3.5, a que a atividade agrícola também se encontra exposta, há ainda que sublinhar aquele que lhe está mais intimamente relacionado, e que poderá intensificar-se em consequência das alterações climáticas:

Risco Meteorológico – o desenvolvimento das atividades produtivas é naturalmente afetado pelas condições meteorológicas verificadas na região onde se localizam as propriedades da CL, em cada campanha agrícola. Quando adversas, em fases mais sensíveis das culturas, podem ser fonte de perdas económicas de extensão variável, pelos efeitos na sanidade das culturas ou pela dificuldade que podem representar para a realização de determinadas atividades culturais. A CL, pela dimensão das áreas agroflorestais exploradas, pela diversidade cultural e pela utilização do regadio em todas as suas culturas de Primavera-Verão e perenes, atenua os riscos decorrentes da anormalidade das condições do tempo. É previsível que o risco meteorológico se intensifique cada vez mais face às alterações climáticas que se verificam, exigindo uma maior monitorização, bem como a introdução de eventuais alterações nos processos produtivos e em algumas culturas.

8.6 – Razão por que não podem ser fiavelmente mensurados ao justo valor

As razões foram divulgadas na nota 3.6.4.

8.7 – Método de depreciação usado e vidas úteis usadas

Os ativos biológicos de produção, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Activos biológicos de produção	Vida útil estimada
Montado de sobre e pinhal manso	--
Olival	25 anos
Vinha	20 anos

8.8 – Natureza e extensão dos subsídios governamentais reconhecidos nas demonstrações financeiras

São diversas as naturezas dos subsídios governamentais, reconhecidos nas demonstrações financeiras apresentadas, sendo extenso e complexo o seu enquadramento legislativo, tais como:

ARB (Apoio ao Rendimento Base) – é um regime de apoio ao rendimento base dos agricultores que veio substituir o anterior RPB. A sua aplicação, nos termos do quadro regulamentar anterior, designadamente do Regulamento (EU) nº 1307/2013, a partir de 2015 caracterizou-se por uma aproximação progressiva do valor unitário dos direitos históricos ao valor médio nacional. Neste, durante o período de transição, nos anos 2021 e 2022, foi dada continuidade ao processo de convergência interna e, tendo em vista alcançar a convergência total do apoio base ao rendimento em 2026, o PEPAC Portugal mantém, com início em 2023, o processo de convergência interna, ao abrigo do Regulamento (EU) 2021/2115. É concedido sob a forma de direitos ao pagamento até 2025 e ao hectare elegível a partir de 2026, e tem como objectivo garantir um nível mínimo de apoio ao rendimento agrícola dos agricultores ativos e contribuir para um nível de vida equitativo da população agrícola.

Práticas Promotoras da Biodiversidade – Esta intervenção incentiva os agricultores a adotarem práticas benéficas para o ambiente através da criação de áreas ou elementos de interesse ecológico. O objetivo é aumentar a diversidade da fauna e da flora, potenciando os serviços do ecossistema e a resiliência biológica da exploração agrícola. Esta medida está inserida como um Ecorregime, na modalidade top-up do Apoio Base à Sustentabilidade (ARB/ABS [Apoio Base à Sustentabilidade]).

Prémio por Vaca em Aleitamento – é uma intervenção de apoio associado ao rendimento para o sector animal, nomeadamente da carne de bovino. Por definição, vaca aleitante será uma vaca pertencente a uma raça de vocação “carne” ou resultante de um cruzamento com uma dessas raças, e que faça parte de uma manada destinada à criação de vitelos para produção de carne, o que pressupõe a alimentação dos vitelos com base no leite materno. Este apoio tem como objetivo assegurar a manutenção de um efetivo reprodutor de vacas em aleitamento com orientação «carne», e evitar o abandono da atividade setorial e, consequentemente, situações disruptivas em termos de abastecimento de carne de bovino.;

Regime de Apoio Associado à Cultura do Arroz – O pagamento específico por superfície ao arroz tem como objetivo assegurar um aprovisionamento estável à indústria local de transformação, que permita manter um certo nível de produção e evitar situações disruptivas no sector que conduzam ao abandono da atividade;

Regime de Apoio Associado à Cultura de Milho (para grão) – O pagamento específico por superfície ao milho tem como objetivo assegurar um aprovisionamento estável à indústria local de transformação, permitindo manter o nível de produção e evitar a disrupção do setor e o abandono da atividade.

Produção Integrada – Ajuda destinada a apoiar os agricultores que prosseguem um conjunto específico de práticas agrícolas. É um sistema agrícola de produção de alimentos de alta qualidade e de outros produtos utilizando os recursos naturais e os mecanismos de regulação natural em substituição de fatores de produção prejudiciais ao ambiente e de modo a assegurar, a longo prazo, uma agricultura viável;

Conservação do Solo – Ajuda que se destina a apoiar os agricultores que praticam um sistema de mobilização de conservação do solo que, embora intervindo em toda a superfície do terreno, mantém uma quantidade apreciável de resíduos da cultura anterior à superfície do solo, baseando-se na utilização de alfaia de mobilização vertical e estando interdito o uso de alfaia que promovam o reviramento do solo ou levantamento do torrão;

Modo de Produção Biológico – Ajuda que se destina a apoiar os agricultores que têm práticas agrícolas em modo biológico. A produção biológica é um sistema global de gestão das explorações agrícolas e de produção de géneros alimentícios que combina as melhores práticas ambientais, um elevado nível de biodiversidade, a preservação dos recursos naturais, a aplicação de normas exigentes em matéria de bem-estar dos animais e método de produção em sintonia com a preferência de certos consumidores por produtos obtidos utilizando substâncias e processos naturais. O método de produção biológica desempenha, assim, um duplo papel societário, visto que, por um lado, abastece um mercado específico que responde à procura de produtos biológicos por parte dos consumidores e, por outro, fornece bens públicos que contribuem para a proteção do ambiente e o bem-estar dos animais, bem como para o desenvolvimento rural;

Raças Autóctones – Este caso específico destina-se a apoiar a manutenção de sistemas pecuários baseados em raças autóctones;

Culturas Permanentes Tradicionais – Estes apoios têm os objetivos de promover a adoção de práticas ambientais benéficas, manter os sistemas tradicionais de culturas permanentes, manter o património genético vegetal;

Pastoreio Extensivo (manutenção de sistemas agrossilvopastoris sob montado) – estes apoios prosseguem os objetivos de promover a adoção de práticas ambientais benéficas, assegurar a manutenção de modos extensivos de produção pecuária, prevenir e melhorar a gestão dos solos, promover a biodiversidade, promover a conservação e o sequestro de carbono na agricultura;

Condicionalidade – É um regime que sujeita o recebimento integral de determinadas ajudas comunitárias da PAC, designadamente as relativas ao cumprimento de um conjunto de requisitos ou normas base em matéria de ambiente, saúde pública, animal e fitossanidade, bem-estar animal e manutenção das terras agrícolas em boas condições agrícolas e ambientais.

Subsídios governamentais		
Descrição	Períodos	
	2025	2024
ARB	1 040	840
Práticas Promotoras Biodiversidade	319	
Vacas Aleitantes	139	137
Arroz	122	133
Produção Integrada	113	113
Modo de Produção Biológico	315	310
Raças Autóctones	99	84
Outros	278	19
Total dos subsídios governamentais	2 424	1 637
Outros subsídios	105	335
Total	2 530	1 973

Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

Um subsídio do Governo não condicional que se relacione com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda é reconhecido como rendimento quando o subsídio do Governo se torne recebível.

Se um subsídio do Governo relacionado com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda for condicional, a Companhia das Lezírias reconhece o subsídio como rendimento somente quando sejam satisfeitas as condições a ele associadas.

8.9 – Condições não cumpridas e outras contingências ligadas aos subsídios governamentais

A Companhia das Lezírias promove uma gestão dos seus recursos no sentido do estrito cumprimento de todas as contingências ligadas aos subsídios governamentais.

8.10 – Diminuições significativas que se esperam no nível de subsídios governamentais

A reconfiguração das ajudas da PAC veio revelar-se negativa para os resultados da empresa. A supressão do greening representou uma quebra de cerca de € 600 mil no total das ajudas da PAC habitualmente recebidas. Este valor apenas foi marginalmente compensado com a reformulação de outras ajudas a que nos foi possível candidatar.

No âmbito dos pagamentos diretos da PAC foram efetuadas comunicações à Comissão Europeia durante o mês de julho de 2016, relativas às seguintes decisões nacionais que têm efeitos a partir da Campanha de 2017, inclusive:

- **Redução de pagamentos** – Alteração do atual mecanismo de redução de pagamentos passando a existir uma redução de 5% dos pagamentos a título do pagamento base que se situam entre 150.000 e 300.000 €, e de 100% aos pagamentos que excedem o limiar de 300.000 € de pagamentos a título do mesmo regime, considerando-se o contributo do fator emprego para a determinação do montante de pagamento base que serve à aplicação das taxas de redução.
Este regime, aplicado às ajudas devidas a partir do ano 2017, como considera o efeito dos salários relativos à mão de obra permanente ligada à atividade agrícola no cálculo do limiar da redução, não teve impacto para empresa.
- **Regime do pagamento redistributivo** – Com efeitos a partir da campanha de 2017, a implementação deste regime que visa o reforço do apoio à pequena agricultura, obtido anualmente pela redução linear do valor de todos os direitos ao pagamento do RPB, tem um impacto pouco significativo no montante global dos subsídios recebidos.

A reforma da Política Agrícola Comum (PAC) em 2021, iniciada pela Comissão Europeia em 2018, estabeleceu um novo quadro regulamentar que introduz alterações nos seus objetivos, instrumentos e mecanismos de avaliação, os quais passam a estar integrados num plano único, a nível nacional, o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) para o período de programação 2023-2027, cujas normas gerais foram aprovadas muito recentemente pelo Decreto-Lei n.º 12/2023, de 24 de fevereiro.

O quadro desta reforma inclui novos elementos promotores de uma ambição ecológica mais elevada, em alinhamento com o Pacto Ecológico Europeu e as estratégias europeias do prado ao prato e em matéria de biodiversidade.

Esta nova arquitetura mais verde para a PAC apresenta requisitos obrigatórios reforçados e maiores oportunidades de financiamento para a agricultura ecológica.

Considerando que a Companhia das Lezírias já adota práticas agrícolas, pecuárias e florestais benéficas para o clima, a biodiversidade e o ambiente, enquadradas nos modos de produção integrada e biológica, não se perspetivam, a partir de 2023, alterações significativas no valor global dos subsídios, sem prejuízo de novas medidas, novas regras para medidas com continuidade, novos valores de pagamentos e de um novo modelo de gestão financeira das ajudas.

9 PARTES RELACIONADAS

9.1 – Relacionamentos com empresas-mãe

PARPÚBLICA - Participações Públicas, SGPS, S.A.

A Parpública detém o capital social da Companhia das Lezírias na sua totalidade. O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado e é constituído por 1.000.000 (um milhão) de ações, com o valor nominal de 5,00 (cinco euros) cada.

Sede da empresa-mãe

→ Rua de Santa Marta, n.º 55, 5.º Piso, em Lisboa

Transações com a empresa-mãe

- Natureza do relacionamento com as partes relacionadas
- Atualmente as transações com a empresa-mãe são praticamente inexistentes, limitando-se ao pagamento dos dividendos conforme são aprovados pelo acionista.

Transações e saldos pendentes

Descrição	Períodos	
	2025	2024
Transacções (1)		
Clientes e outros devedores	0	105
Fornecedores e outros credores		
Saldos pendentes		
Activos		
Passivos		
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados		

(1) Inclui IVA.

9.2 – Relacionamentos com empresas associadas e outras relacionadas

9.2.1 – ORIVÁRZEA - Orizicultores do Ribatejo, SA

A Companhia das Lezírias detém uma participação no capital social de 19,9%.

Sede da empresa associada

→ Lagoa das Donzelas, em Salvaterra de Magos

Transações com a empresa associada

- Natureza do relacionamento com as partes relacionadas
- As transações com esta associada decorrem basicamente do objeto social desta Organização de Produtores (OP).

Para a realização da cultura de arroz e de acordo com o regulamento interno, a Companhia das Lezírias adquire através da Orivárzea, SA a totalidade dos fatores de produção e serviços aplicados na cultura - sementes, adubos, fitofármacos, serviços técnicos especializados e secagem do cereal.

É à Orivárzea, SA, também de acordo com o regulamento da OP, que se efetua a venda da totalidade da produção de arroz.

As transações com esta associada decorrem basicamente do objeto social desta sociedade de produtores agrícolas.

No âmbito da atividade da Orivárzea, SA, a Companhia das Lezírias arrendou-lhe uma área com 673 hectares, onde é efetuada produção de arroz e multiplicação de semente.

Transações e saldos pendentes

Unidade monetário = Euro

Descrição	Períodos	
	2025	2024
Transacções (1)		
Clientes e outros devedores	1 550 668	1 748 348
Fornecedores e outros credores	565 449	545 775
Saldos pendentes		
Clientes e outros devedores (e adiantamentos)	156 968	-373 592
Accionistas/sócios		
Fornecedores e outros credores	0	-7 076
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados		

(1) Inclui IVA.

9.2.2 – Sociedade Agrícola Paul de Belmonte, Unipessoal, Lda

Sede da empresa

→ Lagoa das Donzelas, em Salvaterra de Magos

Transações com a empresa

- Natureza do relacionamento com as partes relacionadas
- Esta sociedade é detida pela ORIVÁRZEA - Orizicultores do Ribatejo, SA e foi constituída com o objetivo de, em resposta às crescentes exigências de mercado, promover a produção de arroz em Modo de Produção Biológico.
- No âmbito da sua atividade, a Companhia das Lezírias arrendou-lhe uma área com 258,68 hectares onde é efetuada produção de arroz e multiplicação de semente, em Modo de Produção Biológico.

Transações e saldos pendentes

Unidade monetário = Euro

Descrição	Períodos	
	2025	2024
Transacções (1)		
Clientes e outros devedores	174 726	171 033
Fornecedores e outros credores		
Saldos pendentes		
Clientes e outros devedores		0
Accionistas/sócios		
Fornecedores e outros credores		
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados		

(1) Inclui IVA.

9.2.4 – CLR - Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda

A Companhia das Lezírias detém uma participação no capital social de 20,0%.

Sede da empresa associada

→ Herdade do Catapereiro, Estrada Nacional 118, em Samora Correia

Transações com a empresa associada

- Natureza do relacionamento com as partes relacionadas
- Não existem transações com esta associada, dado não ter iniciado a sua atividade operacional.

10 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Investimentos em associadas

Unidade monetário = Euro

Empresa	Ano	Capital social	Capital realizado	Acções próprias	Prémios de emissão de acções	Reservas e resultados transitados	Resultado líquido	Capital próprio	Passivo	"Rendimentos Operacionais"
Orivárzea, S.A.	2025	2 500 000	2 500 000	0	1 910 969	6 818 595	298 653	11 528 217	10 192 424	24 918 394
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	2013	5 000	5 000			-4 845	-80	75	3 038	0

Unidade monetário = Euro

Empresa	Ano	Capital social	Capital realizado	Acções próprias	Prémios de emissão de acções	Reservas e resultados transitados	Resultado líquido	Capital próprio	Passivo	"Rendimentos Operacionais"
Orivárzea, S.A.	2024	2 500 000	2 500 000	0	1 910 969	7 092 790	-70 590	11 433 169	14 486 707	26 639 977
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	2013	5 000	5 000			-4 845	-80	75	3 038	0

Data de relato das demonstrações financeiras de cada associada com período de relato diferente do investidor

A data de relato da Orivárzea não coincide com o ano civil e ocorre entre 01/09/n-1 e 31/08/n.

Efeitos nas demonstrações financeiras

Unidade monetário = Euro

Empresa	Sede	Ano	Valor de aquisição	Quantia escriturada	Efeito nos resultados	Efeito no capital próprio	Dividendos
Orivárzea, S.A.	Salvaterra Magos	2025	699 564	2 294 115	59 432	-40 517	0
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	Samora Correia	2013	1 000	1 000			

Unidade monetário = Euro

Empresa	Sede	Ano	Valor de aquisição	Quantia escriturada	Efeito nos resultados	Efeito no capital próprio	Dividendos
Orivárzea, S.A.	Salvaterra Magos	2024	699 564	2 275 201	-14 047	-4 808	0
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	Samora Correia	2013	1 000	1 000			

11 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Participações financeiras - outros métodos

Unidade monetário = Euro

Empresa	2025			
	Valor de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada	Dividendos
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo VFX	499		499	18
Coop. Agric. Compra, Venda Prest. Serviços	5	5	0	
Lusitanus, S.A.	4 988		4 988	
Pec-Tejo, S.A.	700 343	640 343	60 000	
Animaforum	500		500	
Cerpro, SA	5		5	
Total	706 340	640 348	65 992	18

Unidade monetário = Euro

Empresa	2024			
	Valor de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada	Dividendos
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo VFX	499		499	15
Coop. Agric. Compra, Venda Prest. Serviços	5	5	0	
Lusitanus, S.A.	4 988		4 988	
Pec-Tejo, S.A.	700 343	640 343	60 000	
Animaforum	500		500	
Cerpro, SA	5		5	
Total	706 340	640 348	65 992	15

A Pec-Tejo, SA encontra-se em processo de liquidação. A quantia escriturada é o valor recuperável da participação detida, de acordo com informação transmitida à Companhia das Lezírias no âmbito da partilha.

Outros ativos financeiros

Unidade monetário = Euro

Descrição	2025		
	Valor de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada
Fundo de Compensação do Trabalho	11 458		11 458
Total	11 458	0	11 458

Descrição	2024		
	Valor de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada
Fundo de Compensação do Trabalho	11 458		11 458
Total	11 458	0	11 458

12 INVENTÁRIOS

As políticas contabilísticas adotadas para a mensuração dos inventários e a forma de custeio utilizada, encontram-se descritas na nota 3.6.8.

Quantia escriturada de inventários

Unidade monetário = Euro

Rubricas	31/12/2025		
	Quantia bruta	Imparidades	Quantia escriturada
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 274 390		1 274 390
Produtos acabados e intermédios	450 749		450 749
Produtos e Trabalhos em Curso	31 145		31 145
Total	1 756 284	0	1 756 284

Unidade monetário = Euro

Rubricas	31/12/2024		
	Quantia bruta	Imparidades	Quantia escriturada
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 013 690		1 013 690
Produtos acabados e intermédios	576 323		576 323
Produtos e Trabalhos em Curso	261 598		261 598
Total	1 851 611	0	1 851 611

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Unidade monetário = Euro

Rubricas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Produtos e Trabalhos em Curso
Saldo em 31-12-2024	1 013 690	576 323	261 598
Compras	1 963 305		
Reclassificações e regularizações	578 165	-2 812 009	
Saldo em 31-12-2025	1 274 390	450 749	31 145
Gastos no período	2 280 770	-2 937 583	-230 453

Unidade monetário = Euro

Rubricas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Produtos e Trabalhos em Curso
Saldo em 31-12-2023	1 266 518	432 572	189 509
Compras	1 781 025		
Reclassificações e regularizações	439 106	-2 962 439	
Saldo em 31-12-2024	1 013 690	576 323	261 598
Gastos no período	2 472 959	-2 818 689	72 089

Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos
Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer inventários dados como penhor de garantias.

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Bases de mensuração e outras políticas contabilísticas utilizadas

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se relatadas nas notas 3.6.9, 3.6.10, 3.6.12, 3.6.14 e 8.5.

13.1 – Ativos financeiros

O detalhe dos ativos e passivos financeiros na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

Unidade monetário = Euro

Descrição	31/12/2025		
	Mensurados ao custo	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Activos financeiros			
NÃO CORRENTE	717 797	640 348	77 449
Outros investimentos financeiros	717 797	640 348	77 449
CORRENTE	16 198 460	87 664	16 110 796
Clientes	507 119	82 084	425 036
Outros créditos a receber	1 976 178	5 580	1 970 598
Caixa e depósitos bancários	13 715 162		13 715 162
Total de activos financeiros	16 916 257	728 011	16 188 245
Passivos financeiros			
CORRENTE	2 144 397	0	2 144 397
Fornecedores	238 092		238 092
Adiantamentos de clientes	90 024		90 024
Outras dividas a pagar	1 816 281		1 816 281
Total de passivos financeiros	2 144 397	0	2 144 397

Descrição	31/12/2024		
	Mensurados ao custo	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Activos financeiros			
NÃO CORRENTE	717 797	640 348	77 449
Outros investimentos financeiros	717 797	640 348	77 449
CORRENTE	15 868 342	165 703	15 702 639
Clientes	1 048 363	111 870	936 493
Outros créditos a receber	2 501 314	53 833	2 447 482
Caixa e depósitos bancários	12 318 664		12 318 664
Total de activos financeiros	16 586 139	806 051	15 780 088
NÃO CORRENTE	0	0	0
Financiamentos obtidos	0		0
CORRENTE	2 398 232	0	2 398 232
Fornecedores	212 650		212 650
Adiantamentos de clientes	446 186		446 186
Financiamentos obtidos	0		0
Outras dívidas a pagar	1 739 395		1 739 395
Total de passivos financeiros	2 398 232	0	2 398 232

13.2 – Ativos dados em garantia ou penhor

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer ativos relacionados com instrumentos financeiros dados como garantias de passivos.

13.3 – Compromissos financeiros que não figuram no balanço

O Plano de Fomento, aprovado pela Lei n.º 2058, de 29 de dezembro de 1952, incluía o projeto de defesa e enxugo da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira. As obras realizadas foram financiadas pelo Estado Português, sendo responsabilidade dos proprietários o reembolso das verbas emprestadas pelo Estado, respondendo os terrenos pelo bom pagamento dos compromissos.

A execução das obras foi confiada à então denominada Associação de Defesa da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, atualmente Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira.

A aprovação destes financiamentos encontra-se definida nos seguintes diplomas: Decreto-lei n.º 39601, de 3 abril de 1954, Decreto-lei n.º 41956, de 12 novembro de 1958 e Decreto-lei n.º 840/76, de 4 de dezembro.

Na data do relato a responsabilidade da Companhia das Lezírias ascende a 5.554,89 Euros, a serem pagos em 9 anuidades de 617,21 euros.

14 DIFERIMENTOS

As despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde:

Unidade monetário = Euro

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
	Corrente	Corrente
Activo		
Seguros	101 469	18 595
Outros Gastos a reconhecer	100 756	62 927
Total	202 225	81 521
Passivo		
Rendas	202 915	207 417
Outros Rendimentos a reconhecer	88 707	128 731
Total	291 622	336 148

15 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

Unidade monetário = Euro

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
	Corrente	Corrente
Activo		
Imposto sobre o rendimento	888 485	458 695
Imposto sobre o valor acrescentado	402 791	1 081 004
Total	1 291 276	1 539 699
Passivo		
Contribuições para a Segurança Social	62 084	63 250
Retenção de impostos sobre rendimento	22 787	24 773
Tributos das autarquias locais	28 939	27 712
Total	113 810	115 735

Na sequência de um pedido de reembolso de IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) no ano 2013, reconhecido e creditado na totalidade à empresa, a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) efetuou uma inspeção tributária aos exercícios de 2012 e 2013. O relatório produzido concluiu existir IVA por liquidar no montante de 687 mil Euros, relacionado com a interpretação dada à aplicação a alguns contratos de arrendamento, e pela dedução indevida de imposto no valor de 19 mil Euros, relacionado com a interpretação no tempo da aplicação do Ofício-Circulado n.º 30152, de 16/10/2013.

A Companhia das Lezírias apresentou os correspondentes meios de defesa e, em alternativa ao pagamento das liquidações emitidas pela AT, optou por apresentar uma garantia bancária no montante de 859 mil Euros em outubro de 2014 (ver nota 30).

No ano 2021 foi proferida sentença favorável ao recurso apresentado pela CL, no que respeita ao valor materialmente relevante deste processo, correspondente ao alegado IVA por liquidar nos contratos de arrendamento. Por se encontrarem reunidas as condições necessárias, foi já pedido o levantamento da garantia bancária.

Mantém o litígio com a AT e não constituiu qualquer provisão para este efeito e, face ao anteriormente referido, não espera quaisquer impactos patrimoniais do desfecho deste processo.

16 CAPITAL PRÓPRIO

Reserva legal

De acordo com a legislação em vigor, designadamente o artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual - os estatutos da Empresa definem este valor em 10%, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Resultados transitados e Outras reservas

Correspondem essencialmente aos resultados líquidos de períodos anteriores que não foram distribuídos, de acordo com as deliberações das assembleias gerais. Registam ainda os montantes decorrentes das alterações da aplicação pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A aplicação de resultados do período anterior, conforme deliberação da Assembleia Geral realizada no dia 26 de março de 2025, foi a seguinte:

- Reservas livres - 1.253.959,38 Euros
- Dividendos - 396.209,18 Euros

Excedentes de revalorização

Reúne os montantes das diversas revalorizações de ativos fixos tangíveis e de propriedades de investimento, decorrentes da aplicação da legislação fiscal.

Ajustamentos/outras variações no capital próprio

Ajustamentos em ativos financeiros

Evidencia os valores correspondentes à utilização do método da equivalência patrimonial em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, conforme previsto na NCRF 13, de acordo com o divulgado na nota 10.

Outras variações no capital próprio

Inclui o valor recebido de subsídios associados com ativos, deduzido dos correspondentes impostos diferidos, imputado como rendimentos do exercício numa base sistemática durante a vida útil dos ativos.

Unidade monetário = Euro

"Ajustamentos/outras variações no capital próprio"	31/12/2023	Movimentos do período		31/12/2024	Movimentos do período		31/12/2025
		Aumentos	Diminuições		Aumentos	Diminuições	
Ajustamentos em activos financeiros	201 235	175 057	179 905	196 387		40 517	155 870
Subsidios atribuídos	1 256 240	322 612	211 784	1 367 069	57 712	317 835	1 106 945
Impostos Diferidos	-284 394	-23 802	15 558	-292 638		88 643	-203 995
Total	1 173 082	473 867	407 247	1 270 818	57 712	446 995	1 058 820

Resultado líquido do período

Proposta de aplicação do resultado líquido apurado no período, apresentada pelo Conselho de Administração à apreciação e deliberação da Assembleia Geral:

- Reservas livres - 774.080,11 Euros
- Dividendos - 978.265,41 Euros

17 ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe da rubrica “Ativos por impostos diferidos” e “Passivos por impostos diferidos” na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

Unidade monetário = Euro

Activos por impostos diferidos	31/12/2023	Variações com efeitos nos capitais próprios	"Variações com efeitos nos resultados"	31/12/2024	Variações com efeitos nos capitais próprios		"Variações com efeitos nos resultados"		31/12/2025
					Alteração taxa	Período	Alteração taxa	Período	
Imparidade de créditos	5 950		-291	5 659			-763	-214	4 682
Responsabilidade complementos de reforma	285 811		0 -26 158	259 652	35 808		-35 308	-9 061	251 092
Imparidade de investimentos financeiros	144 077		-7 044	137 033			-12 807		124 227
Total	435 838	0	0 -33 493	402 345	35 808		-48 878	-9 275	380 000
Passivos por impostos diferidos	31/12/2023	Variações com efeitos nos capitais próprios	"Variações com efeitos nos resultados"	31/12/2024	Variações com efeitos nos capitais próprios		"Variações com efeitos nos resultados"		31/12/2025
					Alteração taxa	Período	Alteração taxa	Período	
Investimentos	4 682		905	5 587			-783	4 282	9 085
Activos Biológicos Consumíveis	1 260 496		47 617	1 308 113			-183 380	61 181	1 185 913
Total	1 265 179	0	0 48 521	1 313 700	0		-184 164	65 462	1 194 999

18 RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Por força do definido nos acordos de empresa, a Companhia das Lezírias mantém um conjunto de obrigações de benefícios definidos para com os seus empregados, que são tratadas nos termos previstos na NCRF 28 - Benefícios dos empregados.

Unidade monetário = Euro

Benefícios pós-emprego	31/12/2025	31/12/2024
Responsabilidades no início do período	1 219 265	1 270 270
Custo de juros	55 438	56 681
Ganhos e perdas actuariais	194 606	
Benefícios pagos	-104 680	-107 686
Responsabilidades no fim do período	1 364 629	1 219 265

Principais pressupostos atuariais e financeiros utilizados na elaboração do último estudo efetuado, reportado a 31 de dezembro de 2025:

- Tábua de mortalidade - TV 88/90
- Tábua de invalidez - EVK 80 (50%)
- Taxa de desconto - 4,02%
- Taxa de crescimento
 - Salários - 2,50%
 - Diuturnidades - 2,50%
 - Pensões - 0,00%
- Taxa de revalorização dos salários SS - 2,00%
- Taxa de inflação - 2,00%

19 LOCAÇÕES

Locação operacional

As locações contratadas pela empresa respeitam a contratos de renting, tendo registado como gasto no período de 41.907,15 Euros.

20 RÉDITO

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito encontram-se descritas na nota 3.6.16.1.

Quantias significativas de rédito reconhecida durante o período:

Unidade monetário = Euro		
Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Vendas	5 082 511	5 045 106
Produtos agrícolas	1 665 309	1 580 736
Vinhos e derivados	622 239	713 437
Produtos florestais	1 759 835	1 849 401
Activos biológicos	1 035 128	901 532
Prestações de serviços	514 184	529 365
Caça	39 533	32 591
Agro-turismo	417 248	428 271
Agrícolas	47 212	57 832
Outros	10 190	10 671
Total	5 596 694	5 574 471

21 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Unidade monetário = Euro		
Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Subcontratos	1 573 058	1 521 283
Serviços especializados	1 622 120	1 364 414
Trabalhos especializados	411 355	348 670
Conservação e reparação	588 053	525 283
Outros	622 711	490 461
Energia e fluidos	473 679	464 923
Serviços diversos	701 227	652 635
Outros	228 454	230 782
Total	4 598 538	4 234 038

22 GASTOS COM O PESSOAL

Unidade monetário = Euro

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Órgãos sociais		
Remunerações	275 980	314 760
Encargos	64 154	78 194
Outros gastos	1 875	2 325
Pessoal		
Remunerações	2 125 890	1 982 925
Encargos	516 212	474 174
Benefícios pós-emprego	-49 242	-51 005
Pensões de reforma e sobrevivência	104 681	107 686
Outros gastos	126 370	103 249
Total	3 165 919	3 012 308

Unidade monetário = Euro

Número médio de pessoas ao serviço da empresa	2025	2024
Órgãos Sociais	5	5
Pessoal	92	91

Os gastos suportados com os órgãos sociais durante o exercício foram:

Unidade monetário = Euro

Órgão Social	31/12/2025	31/12/2024
Mesa da Assembleia-geral	1 069	1 122
Conselho Fiscal	42 723	42 874
Revisor Oficial de Contas	18 984	18 584
Conselho de Administração	298 217	351 283

Relativamente a benefícios pós-emprego, ver nota 18.

23 IMPARIDADE DE ATIVOS

As perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período são detalhadas do seguinte modo:

Imparidade de dívidas a receber	31/12/2023	Reconhecidas nos resultados durante o período		Utilizações	31/12/2024	Reconhecidas nos resultados durante o período		Utilizações	31/12/2025
		Aumentos	Reversões			Aumentos	Reversões		
Clientes	481 422	1 959	586	370 925	111 870	8 094	423	37 458	82 084
Outros créditos a receber	149 899	7 392	2 729	81 906	72 656	4 561	49 893	2 920	24 404
Total	631 321	9 352	3 315	452 831	184 527	12 655	50 316	40 378	106 487

Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis	31/12/2023	Reconhecidas nos resultados durante o período		Utilizações	31/12/2024	Reconhecidas nos resultados durante o período		Utilizações	31/12/2025
		Aumentos	Reversões			Aumentos	Reversões		
Outros investimentos financeiros	640 348				640 348				640 348
	0				0				0
Total	640 348	0	0	0	640 348	0	0	0	640 348

24 AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

As variações de justo valor reconhecidas nos resultados durante o período são detalhadas do seguinte modo:

Aumentos/reduções de justo valor	31/12/2025	31/12/2024
ANIMAIS	296 535	-43 850
Consumíveis	196 993	-52 521
Produção	99 542	8 671
PLANTAS	3 846 787	4 033 055
Produto Agrícola no momento da colheita	2 384 852	2 383 109
Produto Agrícola em crescimento	1 461 935	1 649 946
Total	4 143 323	3 989 204

A determinação do justo valor foi efetuada de acordo com o divulgado na nota 8.2.

25 – OUTROS RENDIMENTOS

Os “Outros rendimentos” reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

Unidade monetário = Euro		
Outros rendimentos	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos suplementares	261 122	231 407
Ganhos em inventários	10 644	103 225
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	3 605 073	3 536 933
Imputação de subsídios para investimentos	317 835	211 784
Juros obtidos	165 052	308 589
Outros	272 436	94 768
Total	4 632 162	4 486 707

26 – OUTROS GASTOS

Os “Outros rendimentos” reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

Unidade monetário = Euro		
Outros gastos	31/12/2025	31/12/2024
Impostos	83 496	79 754
Perdas em inventários	68 955	219 552
Gastos e perdas investimentos	297 120	17 259
Outros	313 915	92 422
Total	767 755	408 988

27 GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES E DE AMORTIZAÇÕES

Os gastos/reversões de depreciação e de amortização reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

Unidade monetário = Euro

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	31/12/2025	31/12/2024
Propriedades de investimento (mensuradas ao custo)		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	29 730	3 135
Total	29 730	3 135
Activos fixos tangíveis		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	542 867	583 938
Equipamento básico	229 385	209 790
Equipamento de transporte	101 646	104 642
Equipamento administrativo	48 356	58 777
Equipamentos biológicos	7 500	8 988
Outros activos fixos tangíveis	49 839	41 893
Total	979 594	1 008 026
Activos intangíveis		
Usufruto FAR DL 109/2013	9 508	9 508
Total	9 508	9 508
Activos biológicos (mensurados ao custo)		
Plantações	106 466	136 103
Total	106 466	136 103
TOTAL	1 125 298	1 156 772

28 JUROS, DIVIDENDOS, RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os “Juros, dividendos e outros rendimentos similares” e “Gastos de financiamento” reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

Unidade monetário = Euro		
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	31/12/2025	31/12/2024
Juros obtidos		
Total	0	0
Gastos de financiamento	31/12/2025	31/12/2024
Juros suportados	368	111
Outros gastos de financiamento	6 999	8 718
Total	7 367	8 829

A política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos encontra-se divulgada na nota 3.6.16.3.

29 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Companhia das Lezírias encontra-se sujeita a tributação em sede de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama.

O imposto corrente para o exercício de 2025 é calculado com base numa taxa nominal de 20% acrescida da Derrama aplicável. Em conformidade com a legislação aprovada, as taxas de IRC para os exercícios subsequentes sofrem reduções sucessivas, fixando-se em 19% em 2026, 18% em 2027 e 17% a partir de 2028. Atendendo à sua natureza, na mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos, foi utilizada a taxa aprovada para 2028 e períodos seguintes.

A partir do exercício de 2008 a Derrama passou a ser calculada até ao limite máximo de 1,5% (aprovado 1,4% para o exercício de 2025) sobre o lucro tributável, atingindo assim, para o exercício de 2025, uma taxa agregada máxima de 21,4%.

A parte do lucro tributável que exceda o montante de 1.500.000 de Euros fica sujeito à Derrama Estadual de 3,0%.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos.

Unidade monetário = Euro		
Reconciliação da Taxa Efectiva de Imposto	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes de impostos	1 989 641	2 063 239
Imposto sobre o rendimento do período	267 877	298 552
Derrama	18 751	19 903
Derrama estadual	0	0
Tributações autónomas	11 216	12 601
Imposto corrente	297 844	331 057
Imposto diferido	-60 548	82 014
Imposto efectivo sobre o rendimento	237 296	413 071
Taxa efectiva de imposto	11,9%	20,0%

30 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Na data das presentes demonstrações financeiras, a Companhia das Lezírias detém as seguintes garantias bancárias que lhe foram prestadas:

- Garantia bancária no valor de 858.689,32 Euros, no BCP, destinada a caucionar um pedido de reembolso de IVA (ver nota 15).

31 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço e até á aprovação e emissão das demonstrações financeiras, não se verificaram quaisquer factos relevantes que justifiquem outras divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Rui Manique de Brito

Eduardo Manuel Drummond de Oliveira e Sousa
Presidente

Rui Manuel Alves Mendonça Veríssimo Baptista
Vogal

Samora Correia, 13 de março de 2026



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas da **COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, SA.**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade.

Assim, no exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a atividade da **COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, SA.**, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o Relatório de Gestão e as contas do exercício, os quais foram auditados pelo Revisor Oficial de Contas que emitiu a Certificação Legal das Contas, com cujo teor este Órgão expressa a sua concordância e que, nos termos da lei, fica a fazer parte integrante do presente relatório.

Apreciámos ainda o Relatório do Governo Societário, tendo considerado e analisado, as orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, designadamente do cumprimento das orientações relativas aos gastos operacionais, incluindo a determinação em matéria de massa salarial, e à eficiência operacional, incluindo os fatores que são objeto de ajustamentos nos termos do artigo 140.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025 de 10 de março, sendo nosso entendimento que a informação é atual e completa sobre todas as matérias reguladas no capítulo II do RJSPE (Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro), dando cumprimento ao estabelecido no artigo 54º do mesmo diploma, pelo que expressamos a nossa concordância com a informação constante de tal documento.

Em 22 de setembro de 2025, nos termos da alínea b), do n.º1, do artigo 400.º do Código das Sociedades Comerciais, este Conselho deliberou aprovar o pedido de suspensão temporária, pelo período de 61 dias, apresentado pela Administradora Drª Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino, a qual alegou motivos pessoais. Em 14 de outubro de 2025, esta Administradora apresentou o seu pedido de renúncia.

Procedemos à análise da execução orçamental dos 3 primeiros trimestres de 2025 e emissão dos respetivos relatórios do Conselho Fiscal.

Emitimos em 12 de março de 2026, parecer sobre a versão do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o exercício de 2025.

Relativamente aos objetivos de gestão, refere-se que a contratualização dos mesmos está ainda em curso.

Tudo considerado, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2025, apresentados pela Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentado pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 23 de março de 2026

O Conselho Fiscal

José Gato (Presidente)

Tiago Estevinho (Vogal)

Maria Luísa Marçal (Vogal – ROC, em representação da RSM & Associados – Sroc, Lda.)



RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, SA. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 55.671.919 euros e um total de capital próprio de 50.562.461 euros, incluindo um resultado líquido de 1.752.346 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, SA. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados - Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 21 | Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o nº 20161380
NIPC 501 612 181 | Capital Social 144.000€



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 23 de março de 2026

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA
representada por Maria Luísa Marçal (ROC nº 1110)
registado na CMVM com o nº 20160722







**COMPANHIA
DAS LEZÍRIAS**
RELATÓRIO
E CONTAS
2025

Companhia das Lezírias